



1

# ANAIIS

# REFOCAR

# 2019

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

Cecília Maria Ghedini.....05

### PLANEJAMENTO COLETIVO INTERDISCIPLINAR, INSTRUMENTAL METODOLÓGICO, BIBLIOTECA E PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

Vani Bonin; Lauro Vitoreti; Balvina Antonello Reichembach; Nilton Stang; Suzani Luza Nazario.....09

### PLANEJAMENTO COLETIVO INTERDISCIPLINAR, INSTRUMENTAL METODOLÓGICO, BIBLIOTECA E PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

Jorlita Matias dos Santos; Jovelina Gaspar de Santi; Adilce Schmitz; Lenir Terres Ribeiro; Camila Tais Dal Cortivo; Renato Cezar Camini; Cleiton Bibiano Maas; Célia Bartnik; Ademar Fritzen; Alexandre Pereira dos Santos.....21

### EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONSTRUÇÃO DE SABERES PARA PERMEAR O ENSINO E PRÁTICA DOCENTE

Adilson Luiz Borges Telles, Aleandra Mocelin Demetro, Anilda Salete da Silva, Beatriz Alberton Buligon, Celoni Muller, Clair Lorenzetti, Cleci Aparecida Maria, Débora Betiolo, Débora Norbert, Diane Sumenssi, Ecilda de Andrade, Éder de Carvalho Freitas, Edinalva Maria Rover Veroneze, Emerson Stepaniack, Géssica Gonçalves, Giceli Aparecida Schlickmann, Jocélia Clarisa Julio, Juraci Belusso, Natalina Cancelier Koerich, Rosalba Koerich, Rosangela Maria Dallazen, Rudilete Simões Pires, Samara Silvia Anater, Sandra Buligon, Sidnei Coelho, Silvia Ferreira, Simone Cristina Piran Garcia, Vanesa Kachoboski, Zenaide Mensor Martinhago....34

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



## **AGROECOLOGIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO CAMPO**

Alini Roza de Mello, Angela Maria Plentz Biscoli, Cleunice da Veiga, Débora Anara Didoné, Elaine Fabiane Gaiovicz, Elisângela Mirian Biondo, Jéssica Caroline Pasa, Luana Caroline Schmoller, Serli Salete Cecagno, Selvina Januária Sezinandi, Tânia Regina Moreschi Fabiane, Tassiana Michele Menegolla.....49

3

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO, ESTUDO EXPLORATÓRIO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA NO ASSENTAMENTO MISSÕES**

Adriana Araújo Bento, Adriele Osowski, Daniela Klipstein Schmobli, Elenice Salete Pessatto, Ivanir Arnaust, Nilcea Aparecida Cardoso de Andrade, Raquel Antunes da Silva, Rosane Feltrin.....60

## **AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: REFLEXÕES A PARTIR DO GRUPO DE ESTUDOS NO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PAULO FREIRE**

Carlos Narciso Bridi, Claudiney de Oliveira, Daniela Klipstein Schnobli, Ligia Dallazen, Marcia Eduarda Kielba, Regiane Maria Kielba, Rosane Berté, Simone Galvão.....71

## **QUESTÕES INTRODUTÓRIAS PARA COMPREENDER A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Aline Barro, Celia Balas Morcelli, Jane Giacomelli Parzianello, Irene Zakaluk de Almeida, Vandecleia Aparecida Ribeiro Soares, Marino Trindade, Wagno Antonio da Silva.....85

## **ESTUDOS SOBRE A AGROECOLOGIA**

Douglas José Cattelan, Francieli Renata Federizzi, Leila Cristina Lautert, Mara Cristina Calgarotto, Marinêz Carniel Gorges, Mirian Calgarotto, Rosangela Maria Dresch, Suelen Dalsasso Fabiane, Teresinha Carini Gorges.....101

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



## PLANEJAMENTO COLETIVO INTERDISCIPLINAR: PRIMEIROS PASSOS DO TRABALHO COLETIVO

Adair Ceccatto, Ane Eliza Dalmasso, Anoar Sivestre, Adilson Luiz Borges Telles, Adilaine Lotti, Aleandra Mocelin Demetro, André Ricardo Sutil, Andrieli Batista dos Santos Colla, Anilda Salete da Silva, Angela Borguesan, Aldanei T. da Rocha Lindner, Beatriz Alberton Buligon, Bronilde Wirth, Cássia Aparecida Ribeiro, Celoni Muller, Clair Lorenzetti, Cleci Aparecida Maria, Cristiano Lima da Rosa, Débora Betiolo, Débora Norbert, Diane Sumenssi, Dirléia Burille Plucinski, Ecilda de Andrade, Éder de Carvalho Freitas, Edinalva Maria Rover Veroneze, Emerson Stepaquiack, Edelina Salete Mizerski, Edson Jorge Bocalon, Fabiana Volpato, Géssica Gonçalves, Giceli Aparecida Schlickmann, Guilherme Kaminski, Iliane Inês F. Cardoso, Ione Aparecida Peruzzo, Iracema Maria de Matos Rozanski, Jaqueline Parcianello, Jocélia Clarisa Julio, Juraci Belusso, Natalina Cancelier Koerich, Keli Regina Barcellos, Marcia Maria Cibulski, Marizete Bortolotto, Marta Cristina de Souza, Roque Gonçalves Moreira Costa, Rosalba Koerich, Rosangela Maria Dallazen, Rosangela Aparecida Roos, Rudilete Simões Pires, Samara Silvia Anater, Sandra Buligon, Sidnei Coelho, Silvia Ferreira, Selene Rocker Padilha, Simone Cristina Piran Garcia, Solange Fernandes Barrozo Debortoli, Vanesa Kachoboski, Tatiane Pietta, Terezinha Resende, Zenaide Mensor Martinhago..... 110

## Apresentação

A Refocar se organiza nas movimentações colocadas em curso pelo processo de Rearticulação das Escolas Públicas do Campo, um projeto de extensão, iniciado no ano de 2015, pela busca das próprias escolas, incomodadas com uma parte de sua nomenclatura: “escolas do campo” – mas, afinal, em que implicaria este “do campo” no trabalho das escolas?

Em resposta a esta busca, se inventa este processo de “rearticular” as escolas do campo, pois, entre outros aspectos, se quer retomar, também, uma raiz da história que vem de longe: difícil dizer qual destas escolas do campo, em suas origens, não teve a iniciativa de famílias que viviam nestas comunidades e estavam preocupadas com a escolarização e o futuro de suas crianças e jovens. Com este verbo, esta ação: “rearticular”, se retomam intenções históricas de um passado nem tão distante, juntando-as ao que se quer dizer na atualidade, com a expressão “do campo”.

Estas duas pontas da história, quando colocadas em movimento, no contexto das escolas e da vida das comunidades onde estão inseridas, geram novas formas de atuar e de se organizar a educação destes povos que ali vivem, hoje, atravessados por condições históricas bastante diferentes dos seus antepassados e, com risco de “se perder” como pessoas, no projeto de ser humano e sujeito de direitos, num mundo com horizontes embaçados por interesses de fôlego curto e valores fugazes.

Os Grupos de Estudos da Refocar buscaram, ao longo do ano de 2019, rearticular os sujeitos que fazem esta escola do campo estar ali, ainda, com duras penas e esforços constantes para “não fechar”, ou seja, manter-se funcionando e



viva, com conhecimento vivo! Ensinando e formando as novas gerações com todos os atravessamentos que estamos vivenciando!

Os educadores destas escolas: professores, equipes diretivas, agentes educacionais, motoristas do transporte escolar, familiares e colaboradores, empenhados em estudar e conhecer mais esta história e suas relações, une as gerações na busca por identificar qual o fio que pode tecer novas roupagens a esta escola, que resiste junto aos povos que ali vivem e se reproduzem com suas comunidades e territórios.

Em novembro de 2001, há quase 20 anos, se realizava o I Seminário Nacional de Educação do Campo, com o lema “Educação do Campo: semente que se torna planta pelo nosso cultivar!” Neste Seminário foram lançadas as Diretrizes Operacionais das Escolas do Campo, fato inédito na história da educação brasileira, por trazer à tona, de forma contundente, a necessidade de uma Escola do Campo com direito à especificidade, sem descuidar do direito ao conhecimento científico, sistematizado pela humanidade. E esta “semente” passou a ser cultivada! De diferentes formas, ela cresce e vai se espalhando. Com alegria, podemos dizer que este trabalho dos Grupos de Estudo, chegou mais perto dos sujeitos da Educação do Campo e está produzindo novas sementeiras, novos canteiros, novas plantações!

Com as Diretrizes de 2001, buscava-se uma escola com foco no real e no concreto das relações a que o campo brasileiro foi submetido ao longo da história. Relações estas que travestidas de modernidade, ainda hoje, subjagam o campo, fazendo com que, por exemplo, nosso povo, nossas crianças, passem fome e necessidades, mesmo vivendo sobre um pedaço de terra, com condições climáticas e matéria prima para produzir sua própria comida!!!

Estas contradições exigem deste grupo de pessoas que une a universidade, as instituições educacionais e o povo das comunidades e territórios, não um arremedo de escola e nem um arremedo de conhecimento! Exige rearticular relações, tempos, aprendizados, conhecimentos, saberes, pessoas e profissionais de diferentes áreas e gerações, na perspectiva de apropriar-se do “pensar

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



cientificamente” e compreender porque “estas coisas” acontecem seja no campo, seja na cidade. Nestas movimentações e com estes conhecimentos, redesenhar horizontes e sentidos a estes sujeitos e suas escolas.

A Rede de Formação de Professores se coloca nesta tarefa histórica! Estes “Anais dos Grupos de Estudo Refocar – 2019”<sup>1</sup>, mostram um pouco desse processo. Eles não se compõem de textos científicos, mas de relatos de um ano de estudos, “retalhos” que foram sendo buscados, apresentados e “costurados” uns aos outros, com grupos se encontrando em lugares e horários possíveis! Encontros, estudos e diálogos, rearticulando diferentes trabalhadores da educação, de modo que cada um/a pudesse tecer e retecer seu trabalho, sua história e seu conhecimento na continuidade da Escola do Campo nestas comunidades.

Queremos reafirmar aqui a percepção de que não será com discursos, apenas, que se reconstrói a história e se garante uma vida com sentido e bem viver! Mas, com práticas sociais e com movimentações carregadas pelo que somos e podemos compartilhar, trocar, “costurar” pelo diálogo paciente e persistente, no tempo que nos cabe nesta história!

Destacam-se aqui alguns destes retalhos dos grupos de estudos, sobre como foi e o que aprenderam com o vivido nos encontros do ano de 2019: “mostrou-se bastante animador no que se refere a constituir coletivos de educadores: professores, agentes e equipes diretivas das escolas”; “é fundamental que haja primeiramente uma formação adequada para os profissionais que atuam nas instituições do campo, em seguida que as instituições mudem sua forma de trabalhar”; “o trabalho educativo nas escolas do campo deve valorizar o resgate e inventário das práticas camponesas, articulando-as com os conteúdos escolares e com os processos produtivos do entorno, incluindo-as no planejamento para garantir elos com as atividades de ensino”.

<sup>1</sup> Esta sistematização dos Anais de 2019 foi realizada por Cecília Maria Ghedini e Carlos Antônio Bonamigo. Referência: GHEDINI, Cecília Maria; BONAMIGO, Carlos Antônio. (orgs.). **Anais Refocar 2019**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2020.

Seguem retecendo outras afirmações: “a Educação do Campo ainda é um espaço que necessita de muito engajamento e luta pela garantia de seus direitos aplicados, visto que as Políticas Públicas existem, mas por vezes podem ser vítimas de artimanhas que não colaboram com o processo de ensino adequado a realidade do campo”; “compreendemos que o processo formativo em curso, engendrado desde a escola, universidade e entidades parceiras produz movimentações que alteram a dinâmica da escola e incidem sobre a prática cotidiana dos alunos em suas residências, provocando alterações”.

Cabe destacar que todas estas conquistas e este caminho iniciado, só se efetivou pela parceria entre a Unioeste – Campus de Francisco Beltrão e os Núcleos Regionais de Educação (NREs) da região sudoeste, em especial o NRE de Francisco Beltrão – PR, o empenho das escolas com suas equipes diretivas, dos professores das escolas e do projeto de extensão, estudantes bolsistas e colaboradores, agentes educacionais, estudantes das escolas e pessoas das comunidades. Todos/as se dedicaram em produzir e executar os espaços novos, os instrumentos e suas ações, movimentações necessárias para se produzir conteúdo e forma à Modalidade de Educação Básica do Campo, na concretude de cada escola pública do campo com seus sujeitos, seu trabalho, sua cultura no lugar onde vivem e, com mediações produzidas neste tempo histórico, como a Refocar procura se colocar neste trabalho.

Francisco Beltrão, 16 de abril de 2020.

Professora Cecília Maria Ghedini



## PLANEJAMENTO COLETIVO INTERDISCIPLINAR, INSTRUMENTAL METODOLÓGICO, BIBLIOTECA E PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

**COORDENADORA:** Vani Bonin

**RELATOR** Lauro Vitoreti

9

### Nome dos Participantes do grupo:

Vani Bonin; Lauro Vitoreti; Balvina Antonello Reichembach; Nilton Stang; Suzani  
Luza Nazario.

**Local onde foi realizado o grupo:** Escola Estadual do Campo do Rio Gavião- E.F  
**Cidade:** Nova Esperança do Sudoeste **Estado:** Paraná

### Resumo

A Educação do campo nos últimos anos vem sendo esquecida por nossos representantes sociais, até mesmo pela comunidade onde está inserida. Pois, muitas pessoas têm uma imagem errônea: de que o ensino das escolas urbanas é melhor e, por isso, acabam matriculando seus filhos em escolas da cidade, mais longe, com turmas lotadas de alunos, precisando, muitas vezes, transitar por horas em transporte escolar. Destacando também que, com o passar dos anos, a população do campo foi evadindo para a cidade, assim como, também, o número de filhos por família diminuiu, reduzindo-se muito, deste modo, o número de alunos nas Escolas do Campo. Com isso as Escolas do Campo estão sendo vistas por nossos governantes como prejuízos financeiros. Pois, é necessário manter um quadro de funcionários para suprir a necessidade de poucos alunos. Porém, as Escolas do Campo representam e valorizam o povo e a cultura do campo, a escola é uma fonte educadora e precisa defender o direito dos alunos e da comunidade, buscando formas para se manter aberta. Para isso é necessário fortalecê-la, primeiramente, dando sentido para o ensino das Escolas do Campo, vinculando o conteúdo básico de todas as disciplinas com conteúdos relacionados ao campo e a realidade de vida dos alunos e da comunidade onde estão inseridos através de ações como do Planejamento Coletivo Interdisciplinar. Assim como também buscar formas de aproximar a comunidade e as famílias dos alunos com a escola.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



**Palavras-chave:** Educação do Campo. Interdisciplinaridade. Escolas Públicas.

## Introdução

10

Muitas das propostas de inovação no âmbito educacional, ao longo da história, transformam a discussão sobre mudanças na organização curricular em uma questão técnica, a ser resolvida simplesmente por meio de novas grades curriculares, novos programas impostos para os professores ou mesmo novas dinâmicas na administração escolar.

A escola do campo deve garantir o direito ao conhecimento científico, o direito a uma estrutura adequada para dar conta da apropriação deste conhecimento e das ferramentas de ensino e estudo que promovam a leitura da realidade, a fim de conhecê-la e articulá-la ao conhecimento escolar, construindo uma leitura do mundo. Tem como meta produzir referências nas relações de conteúdo e método para a modalidade da Educação do Campo.

Contudo, se faz necessário um planejamento adequado e interdisciplinar, acima de tudo voltado para uma Educação do Campo de qualidade. E, nesse processo de reforma educativa, quando os professores são estimulados a inovar, a escola inicia a reorganização curricular.

A prática interdisciplinar já está bem difundida atualmente. Porém, poucos educadores estão habilitados a trabalhar utilizando esta metodologia, porque são oriundos de um ensino fragmentado, dividido em áreas do conhecimento. No entanto, acredita-se que devido às peculiaridades da Escola do Campo, possam existir caminhos que favoreçam tal ação metodológica tendo a possibilidade de dialogarem e/ou, esporadicamente, planejarem ações em conjunto.

## Escolas Públicas do Campo: Planejamento Coletivo Interdisciplinar e Rede de Formação de Educadores

Atualmente nos deparamos com uma realidade em que as escolas do campo estão sendo esquecidas por nossos governantes, vistas apenas como prejuízos financeiros. Desta forma, um dos grandes desafios das escolas do campo é a formação continuada dos professores em contratação temporária e o risco do fechamento das escolas do campo pelo fato da diminuição da população das áreas rurais.

Sendo assim, pressupõe-se que o mais adequado seria lotar professores nas escolas do campo, de forma diferenciada pois, a rotatividade de professores prejudica o vínculo com o trabalho e a identificação das escolas e suas relações. Assim como, também, as escolas devem procurar outras formas de espaço, tempo e trato dos conteúdos, visando o planejamento coletivo interdisciplinar.

### Planejamento Coletivo Interdisciplinar e Instrumental Metodológico

É de grande importância que as Escolas Campo consigam aderir o método do Planejamento Coletivo Interdisciplinar para conseguir que o ensino das escolas do campo esteja o mais próximo possível da realidade do campo. Porém, os professores que atuam nestas escolas, apresentam dificuldades em associar os conteúdos relacionados ao campo com os conteúdos trabalhados em sala de aula no dia-a-dia.

O projeto foca em compreender e desenvolver movimentações “para fora” da escola, buscando conhecer a realidade das famílias, das comunidades e dos municípios onde estão situados. Com o objetivo de construir vínculos com estas pessoas, seu trabalho e sua cultura,

buscando assim, resgatar os valores e conhecer o histórico da região para fortalecer as Escolas do Campo.

A partir de 1998, vem sendo discutido três princípios que compõem o direito à Educação do Campo: o primeiro princípio é o direito a educação pela apropriação do conhecimento sistematizado, tendo como contraponto a educação e a escola rural, de modo que, a prática desta dimensão permita que todos os educandos tenham direito, ao mesmo nível de conhecimento que aqueles que frequentam as escolas da cidade.

O segundo princípio é o direito à estrutura necessária para dar conta do ensino aprendizagem do conhecimento, não apenas como cumprimento de uma lista de conteúdos, mas de uma relação com o conhecimento que inclua conteúdos, instrumentos e relações.

O terceiro princípio é o direito de compreender e vivenciar o trabalho e a cultura do lugar onde vive e se situa a Escola Pública do Campo, a escola como um lugar que dê sentido ao conhecimento. Ou seja, as escolas não devem trabalhar os conteúdos do campo somente através de programas e projetos, mas sim incorporar na proposta pedagógica os conteúdos relacionados ao campo, destacando a importância do trabalho do campo para a sociedade.

## **Círculo de saberes e conhecimentos/Planejamento Coletivo Interdisciplinar**

Este módulo relata a experiência de uma escola que organiza o círculo de saberes e conhecimentos. Ele se realiza no final de cada trimestre e tem como ponto de partida o Planejamento Coletivo Interdisciplinar, nele é socializado umas das atividades de Encontro de Disciplinas realizadas em cada turma, para que os alunos possam socializar seus estudos e aprendizagens.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**





Para realizar o Planejamento Coletivo Interdisciplinar o primeiro passo é a definição dos conteúdos e objetivos que cada disciplina deseje alcançar durante o trimestre, sendo estes específicos de cada disciplina e cada turma. O segundo passo é organizar o grupo de disciplinas, formado pelos professores por turmas/séries onde se apresentam os conteúdos, conceitos e objetivos de cada disciplina e analisam-se as possibilidades de interdisciplinaridade entre as mesmas. Ou seja, é analisada a proximidade dos conteúdos entre as disciplinas. Tendo o Grupo de Disciplinas formado e o Dossiê da escola em mãos, é dialogado sobre a relação entre o conteúdo das disciplinas, seus conceitos e a materialidade apresentada no Dossiê.

O terceiro passo é uma aproximação à Porção da Realidade, parte de fonte educativa, que representa a materialidade da existência dos sujeitos na realidade dos entornos da escola. Assim o Grupo de Disciplinas define uma porção da realidade que podem ser relacionadas com o conteúdo escolar. No quarto passo é definido os encaminhamentos metodológicos, no qual se planeja como serão desenvolvidas as atividades com as turmas, tanto por disciplina como em grupo.

No quinto passo é organizado o Encontro das Disciplinas, no qual se define, entre professores e alunos, as atividades desenvolvidas em sala de aula de forma interdisciplinar, poderão ser comunicadas às demais turmas da escola no final de cada trimestre. Destacando que para definir as atividades que serão comunicadas, primeiro deve-se trabalhá-las em sala de aula, e são os alunos que decidem quais atividades que gostariam de socializar.

O sexto passo é a avaliação escolar do ensino-estudo-aprendizagem, o qual pode ser dialogado em grupo sobre os critérios a serem utilizados, ou seguir as orientações da SEED.



## Auto-organização e acompanhamento

É de grande importância que as Instituições façam um Planejamento Coletivo Interdisciplinar, porém, não basta apenas planejá-lo, no decorrer do ano letivo deve-se pensar em trabalhar com a auto-organização e acompanhamento. Ou seja, organizar-se com todo o coletivo da escola, professores, direção, equipe pedagógica e alunos, para por em prática tudo o que foi planejado no início do trimestre e acompanhar para garantir que o mesmo seja executado, caso contrário não fará sentido fazer um Planejamento Coletivo Interdisciplinar, uma vez que ele exige bastante esforço e dedicação de toda a equipe pedagógica da escola.

Como base na leitura dos textos é possível analisar as formas de fazer o acompanhamento e auto-organização do planejamento. Sendo o primeiro passo a auto-organização da sala de aula, para isso será necessário fazer um cartaz do Planejamento Coletivo Interdisciplinar (cartaz A), um cartaz das tarefas do bimestre/trimestre (cartaz B), cartaz da auto-organização dos estudantes (cartaz C), e um cartaz de registro do Ensino-Estudo (cartaz D). Os cartazes deverão ser para cada turma individualmente.

## Instrumental Metodológico e as Movimentações no Processo de Rearticulação

Analisando que o planejamento é organizado a partir de movimentações “para dentro” e “para fora” da escola, sendo “para dentro” focado nos conteúdos e conceitos de cada disciplina e “para fora” tudo o que é feito para aproximar a família da escola, destacam-se algumas movimentações.

Tem-se movimentações que são possíveis realizar “para fora” da escola, ou seja, envolvendo a família dos estudantes. Considerando que tais movimentações, fazem parte do Planejamento Interdisciplinar, sendo elas: Trilhas Escola e Família, a qual é organizada com o objetivo dos professores conhecerem as comunidades onde vivem os estudantes e suas famílias, assim como a realidade de onde estão inseridos, isso faz com que se produzam vínculos entre a instituição e os povos que ali vivem. Outra sugestão de movimentação é o Inventário da Realidade, o qual se constitui num instrumento que levanta e reúne informações sobre a realidade específica ou mais próxima da vida, do trabalho e da cultura dos estudantes e suas famílias. Dele faz parte um outro instrumento que é o Dossiê do Inventário da Realidade, o qual possibilita trazer “para dentro” da escola e da sala de aula a realidade como materialidade a ser considerada como um dos aspectos do planejamento.

E por último, destaca-se a Varanda da Partilha, a qual pode ser organizada a cada trimestre ou semestre, sendo uma integração entre escola e família, tendo como tema a apresentação das atividades, das ações de estudos, as feiras de artesanato e de alimentos produzidos pelas famílias ou associações entre outros.

## Vínculos Sociais com o Trabalho e a Cultura

A maioria dos alunos das Escolas do Campo mora na zona rural, porém, a escola não vai muito além da organização da horta escolar e da festa junina, que culturalmente representam as pessoas do campo. Mas a o modo de vida do campo vai muito além, a realidade da vida das pessoas que vivem e trabalham no campo é muito ampla e nós, profissionais da escola, muitas vezes, não temos conhecimento dessa dimensão, até sabemos da importância dos produtos cultivados no campo de forma

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



saudável sem conservantes e agrotóxicos, porém, não temos conhecimento de como fazer o cultivo desses alimentos.

É de grande importância que como Fontes Educativas se possa ter estes espaços pois podem orientar, incentivar e demonstrar a importância do trabalho das famílias do campo para a sociedade. Para isso sugere-se a implantação de algumas ações que são fáceis e simples de por em prática, mas de grande importância para a valorização do trabalho do campo, destacando que podem ser aplicados na escola, gerando conhecimento aos alunos e professores, assim como aqueles familiares que ainda desconhecem.

Algumas sugestões são: O tratamento dos resíduos sólidos orgânicos; a troca de sementes e mudas entre alunos, professores e famílias, os cuidados com a água nos entornos da escola, proteção de fontes, construção de cisterna, horta agroecológica, quintais agroflorestais, parques infantis com objetos relacionados ao campo e a feira de sabores da escola do campo, na qual é feito um lanche compartilhado e cada aluno leva um alimento produzido com produtos do campo.

Porém, para por em prática estas ações, os profissionais da escola precisam estar preparados, ter conhecimento do que irá propor para os alunos. Assim, é muito importante o processo de formação continuada dos professores, pois é através dela que terão subsídios para pôr em prática os estudos, transformando-os em ações.

## **Por uma Escola Infantil com Biblioteca: dos Fundamentos ao Apontamento de Práticas**

Segundo a compreensão do que se aponta em escrito de Marx (2011), a biblioteca e a escola são duas instituições que são produzidas na história da vida

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



humana e é direito da criança ter uma biblioteca na escola. Porém, o desafio é pensar como a biblioteca escolar precisa ser incorporada na escola e, como ela pode entrar na dinâmica de um movimento social, na vida das comunidades, na dinâmica de formação de professores.

A organização de uma biblioteca pode ser diversa, mas é preciso que o acervo seja organizado com objetividade e conhecimento de todos.

As bibliotecas reais da escola são muito diversas, elas se diferenciam no acervo, que em algumas é mais diversificado e completo e em outras se restringem a livros didáticos e poucos exemplares. As estruturas vão desde chão batido e assoalhos improvisados, paredes de lona até luxuosas bibliotecas. O acervo é classificado de modo diverso, ora temático, por áreas do conhecimento, por idades dos usuários, e tantos outros. O acervo é composto pelo programa do livro didático, ou por doações de pessoas ou de outras escolas.

Segundo o Dicionário Aurélio (2010), a biblioteca é uma coleção pública ou privada de livros e documentos destinados a estudos. Para Maroto (2009) a biblioteca na educação é um lugar de silêncio, de retirar o livro para leitura domiciliar e do depósito de livro didático. Freire (1984) compreende que bibliotecas são centros de cultura em que os livros não ficam guardados silenciosamente.

Portanto, para se instalar uma biblioteca em uma escola, precisa-se de um planejamento coletivo, buscar um acervo e produzir esse acervo com a criança, precisa também de investimento público e, o principal, que é a formação do leitor e da comunidade em seu entorno.

## Educação do Campo

Este trabalho problematiza o reconhecimento da identidade dos sujeitos que moram no campo, abordando aspectos das comunidades e da valorização da identidade nos processos educativos das escolas do campo. Percebe-se que, na reflexão sobre sua identidade, é possível direcionarmos novos olhares para os

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**





processos educativos das escolas do campo numa ação colaborativa, respeitando os saberes, a memória e a cultura de um povo. A educação do campo entende a necessidade de resgatar o reconhecimento e a valorização do contexto social, articulando-os com as práticas pedagógicas, sendo este o início de uma aprendizagem significativa. Percebe-se que as experiências trazidas pelos alunos são ricas, mas muitas vezes deixadas de lado, baseando-se em um ensino extremamente formal, que não leva em consideração a realidade do aluno, prendendo-se em livros didáticos e conteúdos sistematizados que fogem a essa realidade.

Um projeto de educação básica do campo tem de incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo, o que será possível se situarmos a educação, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a cultura como direitos e as crianças e jovens, os homens e as mulheres como sujeitos desses direitos. As pessoas que moram no campo precisam resgatar um sentimento de valorização local, e este reconhecimento nasce do diálogo de um grupo. A cultura pensada a partir da totalidade, como ação humana na vida prática e como um processo da tradição seletiva. Nessa perspectiva, entende-se a cultura como algo vivido em um determinado lugar num determinado tempo, assim, a cultura é um produto histórico de um determinado período e sociedade.

Desta forma, se pode falar em elementos da cultura como artefatos, signos, símbolos e as linguagens, os quais revelam as relações sócio-históricas determinantes da prática social, onde sujeitos são produtos e produtores de cultura, podendo admitir-se também abordagens específicas da cultura, como a cultura dos povos do campo ou a cultura da escola. O campo passa a ser visto sob uma perspectiva de reconhecimento e valorização da cultura e da identidade dos sujeitos que ali vivem, isto é, sujeitos que produzem conhecimento, cultura própria, saberes e práticas sociais organizadas coletivamente. A escola se torna espaço de sociabilidade, pois concebe outras possibilidades de vida e trabalho no campo.



Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas.

## Considerações finais

Concluimos que o presente trabalho mostrou-se bastante animador no que se refere a constituir coletivos de educadores (professores, agentes e equipes diretivas das escolas) voltados ao fortalecimento das escolas públicas do campo, contudo, ainda são grandes os desafios a fim de se alcançar uma apropriação mais plena do conhecimento historicamente sistematizado por parte dos alunos.

Trabalhar na perspectiva interdisciplinar exige uma postura do educador que vai além do que está descrito, pois é necessário que ele assuma uma atitude interna e que faça uso de metodologias didáticas adequadas para essa perspectiva. É através do ensino interdisciplinar que os professores possibilitarão aos seus alunos uma aprendizagem eficaz na compreensão da realidade em sua complexidade.

A prática interdisciplinar do saber é a essência da coletividade política dos sujeitos. Em todas as esferas de sua prática, os homens atuam como sujeitos coletivos. A interdisciplinaridade é, portanto, elemento condicional para uma educação crítica, capaz de contribuir na formação da cidadania e na melhor distribuição do poder. Busca-se, portanto, através da interdisciplinaridade, uma educação essencialmente transformadora, com uma proposta voltada ao fortalecimento da Escola Pública do Campo.

## REFERÊNCIAS

AURÉLIO, B. de H. F. **Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Editora Positivo, São Paulo, 2010.

CRUZ, Rosana Aparecida da. A reestruturação do Projeto Político-Pedagógico das escolas localizadas no campo no município de Tijucas do Sul-PR: processo de reflexão e reconstrução coletiva. In: SOUZA, Maria Antônia de; GERMNARI, Geyson Dongley. (orgs.). **Educação do Campo: Território, Escolas, Políticas e Práticas Educacionais**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

GEHRKE, Marcos. Por uma escola infantil com biblioteca: dos fundamentos aos apontamentos de práticas. **Revista Práxis Educacional**. Vol. 13, No 26 (2017). <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6666>. Acesso em: 6 abr. 2019.

GHEDINI, Cecília Maria. Escolas Públicas do Campo Planejamento Coletivo Interdisciplinar. In: **Anais I Encontro Nacional de Escolas Públicas do Campo - I ENEPUC**, 11, 2018, Francisco Beltrão, PR, Anais (on-line). Francisco Beltrão-PR, I ENEPUC, 2018. Disponível em: <http://www.unioeste.br/eventos/enepuc/>. Acesso em: 6 abr. 2019.

GHEDINI, Cecília Maria; BERTÉ, Rosane. (orgs.). **Planejamento Coletivo Interdisciplinar e Instrumental Metodológico: Produção de referências com as Escolas Públicas do Campo – Sudoeste do Paraná**, 2018.

MAROTO, L. H. **Biblioteca escolar, eis a questão: do espaço do castigo ao centro do fazer educativo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

## PLANEJAMENTO COLETIVO INTERDISCIPLINAR, INSTRUMENTAL METODOLÓGICO, BIBLIOTECA E PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

**COORDENADORA:** Jorlita Matias dos Santos

**RELATORA:** Jovelina Gaspar de Santi

21

### **Nome dos Participantes do grupo:**

Jorlita Matias dos Santos; Jovelina Gaspar de Santi; Adilce Schmitz; Lenir Terres Ribeiro; Camila Tais Dal Cortivo; Renato Cezar Camini; Cleiton Bibiano Maas; Célia Bartnik; Ademar Fritzen; Alexandre Pereira dos Santos

**Local onde foi realizado o grupo:** Escola Estadual do Campo Barra Bonita- E.F

**Cidade:** Nova Esperança do Sudoeste

**Estado:** Paraná

### **Resumo**

A Educação do campo nos últimos anos vem sendo esquecida por nossos representantes sociais, até mesmo pela comunidade onde está inserida. Pois, muitas pessoas tem a imagem errônea de que o ensino das escolas urbanas é melhor e acabam matriculando seus filhos em escolas mais longes, com turmas lotadas de alunos precisando muitas vezes transitar por horas em transporte escolar. Destacando que com o passar dos anos a população do campo foi evadindo para a cidade assim como também o número de filhos por família diminuiu, com isso reduziu muito o número de alunos nas Escolas do Campo. Com isso as Escolas do Campo estão sendo vistas por nossos governantes como prejuízos financeiros. Pois, é necessário manter um quadro de funcionários para suprir a necessidade de poucos alunos. Porém, as Escolas do Campo visam representar e valorizar o povo e a cultura do campo, e sendo a escola uma fonte educadora precisa defender o direito dos alunos e da comunidade buscando formas para manter as escolas abertas, para isso é necessário fortalece-la, primeiramente dando sentido para o ensino das Escola do Campo, vinculando o conteúdo básico de todas a disciplinas com conteúdos relacionados ao campo e a realidade de vida dos alunos e da comunidade onde estão inseridos através do Planejamento Coletivo Interdisciplinar. Assim como também buscar formas de aproximar a comunidade e as famílias dos alunos com a escola visando fortalecer o vínculo entre os mesmos.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



**Palavras-chave:** Educação do Campo. Interdisciplinaridade. Escolas Públicas.

## Introdução

22

Este trabalho coordenado pelo Grupo de Pesquisa Educação, Formação Humana e Movimentos Sociais Populares (GEFHEMP) da UNIOESTE, é direcionado para formação dos educadores das Escolas do Campo. O qual visa nortear as mesmas a conduzir um planejamento direcionado ao campo, destacando que na maioria das Escolas do Campo os conteúdos e metodologias utilizadas não são ligados ao campo, sendo aplicado da mesma forma como nas escolas urbanas. Sendo que as Escolas do Campo são Instituições que a maioria dos alunos moram e sobrevivem do campo, assim entende-se que a mesma deve fazer um trabalho diferenciado e direcionado para a valorização do trabalho realizado no campo.

Desta forma, a proposta que o curso oferece é para as Escolas do Campo aderirem ao Planejamento Coletivo Interdisciplinar, o qual exige organização e dedicação dos profissionais que atuam na escola. Pois, é necessário que os profissionais tenham bastante conhecimento dos conteúdos relacionados às suas disciplinas, para relaciona-los com os conteúdos das demais. Assim como também vincular os conteúdos de cada disciplina com a realidade dos alunos e da comunidade onde estão inseridos.

Para que o Planejamento Coletivo Interdisciplinar, assim como todo o trabalho dos profissionais surtam efeitos, é necessário conhecer a realidade de vida dos alunos e das comunidades onde estão inseridos. Pois, para dar sentido ao ensino das escolas do campo precisa-se partir

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**





da realidade da mesma. Assim, cabe a Instituição investigar e pesquisar sobre a realidade do seu público para então planejar como trabalhar os conteúdos específicos de cada disciplina.

## **Escolas Públicas do Campo: Planejamento Coletivo Interdisciplinar e Rede de Formação de Educadores**

23

Atualmente nos deparamos com uma realidade em que as escolas do campo estão sendo esquecidas por nossos governantes, vistas apenas como prejuízos financeiros, há alguns anos não se pensa na mesma como um espaço que representa e resgata a cultura dos povos que vivem e trabalham no campo até mesmo pelas pessoas que moram na zona rural, assim como também seria de grande importância uma formação adequada para os profissionais que nela atuam. Desta forma, um dos grandes desafios das escolas do campo é a formação continuada dos professores em contratação temporária e o risco do fechamento das escolas do campo pelo fato da diminuição da população das áreas rurais.

Sendo assim, pressupõe-se que o mais adequado seria lotar professores não escolas do campo de forma diferenciada. Pois, a rotatividade de professores prejudica o vínculo com o trabalho e a identificação das escolas e suas relações. Assim como também, as escolas devem procurar outras formas de espaço, e trato dos conteúdos, visando planejamento coletivo interdisciplinar.

O Planejamento Coletivo Interdisciplinar deve basear-se na realidade dos alunos, das famílias e da região local. Para isso é necessário aproximar as famílias das escolas, desenvolver atividades que envolvam as famílias, educandos e escola, sendo estas atividades diferenciadas e focadas na realidade do campo, direcionando o ensino das escolas do campo para o campo.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**





## Planejamento Coletivo Interdisciplinar e Instrumental Metodológico

É de grande importância que as escolas Campo consigam aderir o método do Planejamento Coletivo Interdisciplinar para conseguir aproximar o ensino das escolas do campo o mais próximo possível da realidade do campo. Porém, os professores que atuam nas Escolas do Campo apresentam dificuldades em associar os conteúdos relacionados ao campo com os conteúdos trabalhados em sala de aula no dia-a-dia.

Algumas escolas do NRE de Francisco Beltrão começaram a pensar em como fazer Educação do Campo nas Escolas Públicas do Campo. Com a ajuda e interação do Grupo de Pesquisa Educação, Formação Humana e Movimentos Sociais Populares (GEFHEMP) da UNIOESTE, buscaram focar em compreender e desenvolver movimentações para dentro da escola, articulando ou repensando a tarefa de ensinar, planejar, avaliar e dar aulas.

O projeto foca em compreender e desenvolver movimentações fora da escola, buscando conhecer a realidade das famílias, das comunidades e dos municípios onde estão situados. Com o objetivo de construir vínculos com estas pessoas, seu trabalho e sua cultura, buscando assim, resgatar os valores e conhecer o histórico da região para fortalecer as Escolas do Campo. Destacando que muitas vezes a realidade das comunidades que cercam as Escolas do Campo, são desconhecidas pelos professores, estudantes e até mesmo pelas famílias que vivem e trabalham na comunidade.

O distanciamento das famílias e da escola contribui para que seja construído um pensamento por algumas pessoas de que o ensino das Escolas do Campo é mais fraco do que das escolas da cidade, por este motivo é que a escola deve se aproximar das famílias e mostrar o trabalho

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



desenvolvido na escola para a comunidade. Ou seja, aproximar a família da escola. Dessa forma, o planejamento torna-se fundamental. Pois, deve-se repensar em como é trabalhado os conteúdos nas Escolas do Campo, buscando associa-los com a realidade da vida no campo.

Assim, sugere-se através do Projeto desenvolvido por algumas Escolas do Campo e pela UNIOESTE, que haja uma rearticulação da Escola Pública do Campo com base nos fundamentos e métodos da Educação do Campo. Primeiramente com o objetivo de criar conteúdo e forma para a modalidade da Educação Básica do campo. Para isso é necessário priorizar a formação de professores, o Planejamento Coletivo Interdisciplinar e a inserção da escola na realidade local e regional dos educandos.

Ao consultar o que a legislação permite na modalidade da Educação Básica do Campo, analisa-se que é possível fazer grandes mudanças nas escolas. Porém, o grande desafio é que os gestores e corpo docente desconhecem o que é uma Escola Pública do Campo.

A partir de 1988 vem sendo discutido sobre três princípios do direito a Educação do Campo, sendo eles: O direito a educação pela apropriação do conhecimento sistematizado, tendo como contraponto a educação e a escola rural. Porém a prática desta dimensão pode permitir que todos os educandos tenham direito ao mesmo nível de conhecimento que aqueles que frequentam as escolas da cidade.

O segundo princípio é o direito a estrutura necessária para dar conta do ensino aprendizagem do conhecimento, não apenas como cumprimento de uma lista de conteúdos, mas de uma relação com o conhecimento que inclua conteúdos, instrumentos e relações. Neste princípio são discutidos sobre o direito dos educandos em frequentar a escola mais próxima de sua casa, o direito de ter recursos pedagógicos e instrumentais adequados. Como biblioteca, quadra de esportes, refeitório, internet, etc.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



os quais podem contribuir muito no processo de ensino-aprendizagem produzindo novas formas de ralação com o conhecimento, destacando que os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais, literários destinados a Educação do Campo devem atender as especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos da população do campo.

O terceiro princípio é o direito de compreender e vivenciar o trabalho e a cultura do lugar onde vive e se situa a Escola Pública do Campo, a escola como um lugar que de sentido ao conhecimento. Ou seja, as escolas não devem trabalhar os conteúdos do campo somente através de programas e projetos, mas sim incorporar na proposta pedagógica os conteúdos relacionados ao campo, destacando a importância do trabalho do campo para a sociedade.

## **Círculo de saberes e conhecimentos/Planejamento Coletivo Interdisciplinar**

Este módulo relata a experiência de uma escola que organiza o círculo de saberes e conhecimentos. Ele se realiza no final de cada trimestre e tem como ponto de partida o Planejamento Coletivo Interdisciplinar, nele é socializado umas das atividades de Encontro de Disciplinas realizadas em cada turma, para que os alunos possam socializar seus estudos e aprendizagens.

Para realizar o Planejamento Coletivo Interdisciplinar o primeiro passo é a definição dos conteúdos e objetivos que cada disciplina deseja alcançar durante o trimestre, sendo estes específicos de cada disciplina e cada turma. O segundo passo é organizar o grupo de disciplinas, formado pelos professores por turmas/séries onde se apresentam os conteúdos, conceitos e objetivos de cada disciplina e analisam-se as possibilidades

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



de interdisciplinaridade entre as mesmas. Ou seja, é analisada a proximidade dos conteúdos entre as disciplinas. Tendo o Grupo de Disciplinas formado e o Dossiê da escola em mãos, é dialogado sobre a relação entre o conteúdo das disciplinas, seus conceitos e a materialidade apresentada no Dossiê.

O terceiro passo é uma aproximação à Porção da Realidade, parte de fonte educativa, que representa a materialidade da existência dos sujeitos na realidade dos entornos da escola. Assim o Grupo de Disciplinas define uma porção da realidade que podem ser relacionadas com o conteúdo escolar. No quarto passo é definido os encaminhamentos metodológicos, no qual se planeja como serão desenvolvidas as atividades com as turmas, tanto por disciplina como em grupo.

No quinto passo é organizado o Encontro das Disciplinas, no qual se define, entre professores e alunos, as atividades desenvolvidas em sala de aula de forma interdisciplinar, poderão ser comunicadas às demais turmas da escola no final de cada trimestre. Destacando que para definir as atividades que serão comunicadas, primeiro deve-se trabalhá-las em sala de aula, e são os alunos que decidem quais atividades que gostariam de socializar.

O sexto passo é a avaliação escolar do ensino-estudo-aprendizagem, o qual pode ser dialogado em grupo sobre os critérios a serem utilizados, ou seguir as orientações da SEED.

Com base na leitura e discussão nos textos analisa-se que o Planejamento Interdisciplinar exige dos profissionais da escola muito tempo e dedicação destacando que as escolas que aderiram a esta forma de planejamento têm registrado no PPP da Instituição. Pois, o planejamento pode ter duração de três dias para organização e discussão. Durante este tempo o atendimento dos alunos é feito de forma diferenciada, pois o cumprimento dos 200 dias letivos não possibilita



dispensar os alunos para planejar. Assim a escola organiza oficinas ministradas por profissionais e educadores de outras Instituições Educativas como escolas, Universidades e organizações da comunidade, com temas focados no trabalho do campo. Esta movimentação é denominada de Jornada de Saberes e Planejamento.

## Auto-organização e acompanhamento

É de grande importância que as Instituições façam um Planejamento Coletivo Interdisciplinar. Porém, não basta apenas planejar no decorrer do ano letivo, deve-se ter auto-organização e acompanhamento. Ou seja, organizar-se com todo o coletivo da escola, professores, direção, Equipe Pedagógica e alunos, para por em prática tudo o que foi planejado no início do trimestre e acompanhar para garantir que o mesmo seja realizado, caso contrário, não fará sentido fazer um Planejamento Coletivo Interdisciplinar.

Como base na leitura dos textos é possível analisar as formas de fazer o acompanhamento e auto-organização do planejamento. Sendo o primeiro passo a auto-organização da sala de aula, para isso será necessário fazer um cartaz do Planejamento Coletivo Interdisciplinar (cartaz A), uma carta das tarefas do bimestre/trimestre (cartaz B), cartaz da auto-organização dos estudantes (cartaz C), e um cartaz de registro do Ensino-Estudo (cartazD). Os cartazes deveram ser feitos por cada turma individualmente.

## Instrumental Metodológico e as Movimentações no Processo de Rearticulação

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**





Analisando que o planejamento é organizado a partir de movimentações “para dentro” e “para fora” da escola, sendo “para dentro” focado nos conteúdos e conceitos de cada disciplina e “para fora” tudo o que é feito para aproximar a família da escola.

Assim destacam-se algumas movimentações que são possíveis realizar “para fora” da escola, ou seja, envolvendo a família dos estudantes, considerando que tais movimentações fazem parte do Planejamento Interdisciplinar. Trilhas Escola e Família, a qual é organizada com o objetivo dos professores conhecerem as comunidades onde vivem os estudantes e suas famílias, assim como a realidade de onde estão inseridos, isso faz com que produzam-se vínculos entre a instituição e os povos que ali vivem. Outra sugestão de movimentação é o Inventário da Realidade, o qual se constitui num instrumento que levanta e reúne informações sobre a realidade específica ou mais próxima da vida, do trabalho e da cultura dos estudantes e suas famílias. Dele faz parte um outro instrumento que é o Dossiê do Inventário da Realidade, o qual possibilita trazer “para dentro” da escola e da sala de aula a realidade como materialidade a ser considerada como um dos aspectos do planejamento.

E por último, destaca-se a Varanda da Partilha, a qual pode ser organizada a cada trimestre ou semestre, sendo uma integração entre escola e família, tendo como tema a apresentação das atividades, das ações de estudos, as feiras de artesanato e de alimentos produzidos pelas famílias ou associações entre outros.

## Vínculos Sociais com o Trabalho e a Cultura

A maioria dos alunos das Escolas do Campo moram na zona rural. Porém, a escola não vai muito além da organização da horta escolar e da

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



festa junina, que culturalmente representam as pessoas do campo. Mas o trabalho do campo vai muito além, a realidade da vida das pessoas que vivem e trabalham no campo é muito ampla e nós, profissionais da escola, muitas vezes, não temos conhecimento dessa dimensão, até sabemos da importância dos produtos cultivados no campo de forma saudável sem conservantes e agrotóxicos, porém, não temos conhecimento de como fazer o cultivo desses alimentos.

É de grande importância que como Fontes Educativas se possa ter estes espaços pois podem orientar, incentivar e demonstrar a importância do trabalho das famílias do campo para a sociedade. Para isso sugere-se a implantação de algumas ações que são fáceis e simples de por em prática, mas de grande importância para a valorização do trabalho do campo, destacando que podem ser aplicados na escola, gerando conhecimento aos alunos e professores, assim como aqueles familiares que ainda desconhecem.

Algumas sugestões são: O tratamento dos resíduos sólidos orgânicos; a troca de sementes e mudas entre alunos, professores e famílias, os cuidados com a água nos entornos da escola, proteção de fontes, construção de cisterna, horta agroecológica, quintais agroflorestais, parques infantis com objetos relacionados ao campo e a feira de sabores da escola do campo, na qual é feito um lanche compartilhado e cada aluno leva um alimento produzido com produtos do campo.

Porém, para por em prática estas ações, os profissionais da escola precisam estar preparados, ter conhecimento do que irá propor para os alunos. Assim, é muito importante o processo de formação continuada dos professores, pois é através dela que terão subsídios para pôr em prática os estudos, transformando-os em ações.

## **Por uma Escola Infantil com Biblioteca: dos Fundamentos ao Apontamento de Práticas**

É fundamental que as escolas tenham uma biblioteca adequada para o atendimento dos alunos e comunidade, com acervo bibliográfico suficiente, sendo um local organizado com espaço razoavelmente bom para atender a comunidade de forma satisfatória. Pois, ter acesso a biblioteca é um direito da criança e do estudante. Analisando que como um espaço educativo e formativo a escola precisa formar alunos leitores.

A organização de uma biblioteca pode ser diversa, porém é preciso que o acervo bibliográfico seja organizado com objetividade e conhecimento de todos que têm acesso a mesma. O ideal é ter uma biblioteca com um acervo bibliográfico diversificado que atenda a todos os gostos e necessidades de pesquisas. Assim, provocará interesse nos leitores.

Assim, entende-se que a escola e conseqüentemente a biblioteca é um espaço de formação dos seres humanos, pois produz conhecimento oferecendo às pessoas que a procuram acesso à informação e a cultura. Daí a importância da intencionalidade política e social na construção de bibliotecas adequadas para o uso não somente de crianças e estudantes, mas para toda população que habita nos entornos da mesma.

## **Educação do Campo: Território, Escolas, Políticas e Práticas Educacionais**

O Projeto Político Pedagógico é o documento que norteia a escola, assim o mesmo deve ser construído coletivamente com participação e aceitação de todos que fazem parte da instituição pois, o mesmo deve retratar a realidade dos alunos, comunidade e cultura do seu público alvo.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



Assim, tem-se a necessidade de abordar o contexto social onde o aluno está inserido para iniciar a prática de ensino, não somente seguir a metodologia proposta nos livros didáticos que muitas vezes são superficiais e não dão sentido à realidade de vida que o público das escolas do campo vivenciam no dia a dia.

Dessa forma, a construção do Projeto Político Pedagógico deve ser baseada no contexto social valorizando os conhecimentos que os alunos trazem para escola que, muitas vezes, passam despercebidos e deixados de lado. Para isso é necessário investigar e pesquisar a realidade de vida dos estudantes e das comunidades que cercam a escola, buscando dar sentido para o ensino dos alunos que frequentam as escolas do campo e ali vivem e, à própria instituição que precisa criar sua identidade no ensino destas escolas.

Portanto, construir um Projeto Político Pedagógico que atenda as especificidades do campo, valorizando sua identidade é um grande desafio. Mas é possível de ser realizado com muito esforço e dedicação dos profissionais da educação, os quais devem agir com responsabilidade e consciência, sabendo que para oferecer uma educação de qualidade e com sentido é necessário empenhar-se o máximo possível.

## Considerações finais

Ao concluir este trabalho podemos analisar que as Escolas Públicas do Campo estão sendo deixadas de lado por nossos representantes sociais. Assim como os profissionais que nela atuam não têm uma formação adequada para atender as especificidades do público destas escolas do campo. Nossos estudantes moram, vivem e trabalham no campo, assim os conteúdos trabalhados em cada disciplina, na sala de aula, devem ser ligados à realidade de vida dos alunos e dar sentido e



significado a estas escolas, não apenas seguir a metodologia das escolas urbanas.

Dessa forma, é fundamental que haja primeiramente uma formação adequada para os profissionais que atuam nas instituições do Campo, em seguida que as Instituições mudem sua forma de trabalhar, levando em consideração a realidade de vida dos alunos, famílias e comunidades que a mesma atende, buscando indagar a importância da vida e do trabalho no campo para a sociedade, dando sentido assim ao ensino nas escolas do campo.

## REFERÊNCIAS

- GHEDINI, Cecília Maria; BERTÉ, Rosane. (orgs.). **Planejamento Coletivo Interdisciplinar e Instrumental Metodológico**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2018.
- SOUZA, Maria Antônia de; GERMNARI, Geyson Dongley. (orgs.). **Educação do Campo: Território, Escolas, Políticas e Práticas Educacionais**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

## EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONSTRUÇÃO DE SABERES PARA PERMEAR O ENSINO E PRÁTICA DOCENTE

**COORDENADORA:** Vanesa Kachoboski

**RELATORA:** Giceli Aparecida Schlickmann

34

### Nome dos Participantes do grupo:

Adilson Luiz Borges Telles, Aleandra Mocelin Demetro, Anilda Salette da Silva, Beatriz Alberton Buligon, Celoni Muller, Clair Lorenzetti, Cleci Aparecida Maria, Débora Betiolo, Débora Norbert, Diane Sumenssi, Ecilda de Andrade, Éder de Carvalho Freitas, Edinalva Maria Rover Veroneze, Emerson Stepaniack, Géssica Gonçalves, Giceli Aparecida Schlickmann, Jocélia Clarisa Julio, Juraci Belusso, Natalina Cancelier Koerich, Rosalba Koerich, Rosangela Maria Dallazen, Rudilete Simões Pires, Samara Silvia Anater, Sandra Buligon, Sidnei Coelho, Silvia Ferreira, Simone Cristina Piran Garcia, Vanesa Kachoboski, Zenaide Mensor Martinhago

Local onde foi realizado o grupo: Município: Salto do Lontra      Estado: Paraná

### Resumo

O presente trabalho é a síntese das discussões ocorridas no Grupo de Estudos sobre Educação do Campo e Escolas Públicas do Campo realizadas pelo grupo do município de Salto do Lontra. A Educação do Campo é uma política pública recente, resultado da organização de movimentos sociais especialmente do Movimento dos Sem Terra. Ao decorrer da história dessa nação a Educação do Campo era deixada em segundo plano, e desenvolvido uma educação rural calcada no currículo urbano mantendo a falsa ideia da superioridade do meio urbano sobre o rural. Após muita organização, a educação para a área rural passa a ser denominada Educação do Campo e, atualmente, busca atender às populações rurais como agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. Apesar de garantido na legislação, a Educação do Campo ainda é um projeto a ser construído nas escolas e na sociedade, dessa forma requer mobilização de todos os sujeitos envolvidos nesse processo.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



**Palavras-chave:** Educação do Campo. Legislação.

## Introdução

A Educação do Campo é resultado da luta de movimentos sociais por melhorias no atendimento à população que habita a área rural. O que ocorre na realidade de muitas localidades nas escolas do campo é que o currículo e adequações metodológicas não ocorrem de acordo com a especificidade da Educação do Campo, muitas são as situações que dificultam a concretude dessa modalidade de ensino, como a falta de formação profissional e investimento por parte dos governantes nesse projeto educacional.

Nesse sentido, estudar essa temática se faz necessário para compreender e buscar formas de concretizar a Educação do Campo nas escolas de nossa região. Sem conhecimento do que rege a legislação e o currículo é impossível colocar em prática um projeto de educação que atenda realmente a demanda do campo. Além disso, é necessário ter conhecimento para o enfrentamento da política de fechamento de escolas por parte dos governos municipais e estaduais.

O objetivo principal dessa atividade é estudar em relação a Educação do Campo. Os demais objetivos são conhecer a legislação vigente para a Educação do Campo. Debater sobre a questão do desenvolvimento histórico e das transformações ocorridas para as questões educacionais no campo. E, pensar na reorganização das escolas do campo de nosso município.

O presente trabalho foi uma revisão bibliográfica realizado a partir das leituras indicadas pelo Grupo de Estudos sobre Educação do Campo e

Escolas Públicas do Campo – REFOCAR, realizadas pelo grupo do município de Salto do Lontra.

## DESENVOLVIMENTO

A educação voltada para a população do campo foi uma conquista muito recente dos movimentos sociais. Por muito tempo, a população do teve apenas a Educação Rural que visava atender a população que habitava a área rural, conforme Ribeiro (2012) sobre a educação rural:

[...] é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo, [...] nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes a frequentam. (RIBREIRO, 2012, p.295).

A educação rural, portanto, está mais próxima da educação urbana, visando a lógica do capital estrangeiro, e com o enfoque de apenas ensinar o básico. Outro reflexo da educação rural está no discurso de que a educação urbana ensinada nas cidades é melhor do que a do campo, inclusive muitos educadores alimentam essa falácia. A inexistência da educação adequada a população rural aliada as transformações rurais como a mecanização resulta em êxodo rural, ocorrendo a diminuição da população no campo, e alimenta a falsa crença de que “viver e estudar na cidade é melhor, é mais desenvolvido”.

Com o objetivo de superar essa lógica urbana da educação rural, voltada a atender verdadeiramente as demandas da educação que habitam a área rural, recentemente, na história da educação do país, vem ocorrendo a concretude de um projeto de educação denominado de Educação do Campo.





A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012, p.259).

A educação do campo busca o acesso com qualidade para a população que habita esse meio, isso inclui pequenos agricultores, ribeirinhos, quilombolas, entre outras, ela se distancia da lógica do capital internacional e do latifúndio impregnado no Brasil. As transformações vão para além da nomenclatura, alcançando o projeto de campo, conforme explicita um dos primeiros textos que tratam deste tema:

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação' que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político... (CALDART apud KOLLING, NERY e MOLINA, 2012, p. 260).

Esse é o sentido real da educação do campo muitas vezes ainda distante da prática, do que acontece no dia a dia nas escolas do campo no Brasil. A Educação do Campo é uma política pública de dever do Estado, porém, deve ser articulada pelas populações que estão inseridas nesse processo educacional para que se torne uma prática concreta.

Em relação a denominação Educação do Campo e seus objetivos Frigotto (2010) destaca:

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**





A denominação de educação do campo engendra um sentido que busca confrontar, há um tempo, a perspectiva colonizadora extensionista, localista e particularista e as concepções e métodos pedagógicos de natureza fragmentária e positivistas. Este confronto, que se expressa na forma semântica, só é possível de ser entendido social e humanamente no processo de construção de um movimento social e de um sujeito social e político – Movimento dos Sem Terra (MST) – que disputa um projeto social e educacional contra-hegemônico. (FRIGOTTO, 2010, p.15).

O projeto de educação do campo visa ir contra a lógica capitalista, ou seja, contra hegemônico, nesse sentido a atuação do Movimento dos Sem Terra (MST) foi fundamental, e de grande importância no que se refere a luta e a políticas públicas que foram implementadas para a Educação do Campo.

Atualmente, o MST é criminalizado por inúmeros motivos, entre eles, a questão que envolve o domínio do latifúndio no congresso nacional, que não quer a reforma agrária, sendo que, nos últimos anos, aumentou a concentração de terras no Brasil. Essa é uma questão injusta nesse país. Há ainda os meios de comunicação atuando contra e auxiliando na criminalização do MST.

No que se refere a educação básica e do campo, cujo objetivo deve ser de desenvolver “[...]processos formativos e pedagógicos que transforme cada trabalhador do campo e da cidade, em sujeito não somente pertencente à classe, mas com consciência de classe que lhes indica a necessidade de superar a sociedade de classes. [...]” (FRIGOTTO, 2010, p. 18). Compreender que a educação pública básica nesse país, nunca foi algo em que se tenha investido maciçamente. A formação inicial e continuada dos professores também na maioria das vezes deixa a desejar, e quando é voltada para atender a educação do campo, é ainda mais precária. Portanto, é necessário que a educação seja

emancipadora, além da lógica do capital financeiro, assim, a educação e a ciência devem ser usadas para qualificar a vida, e não para ser propriedade privada, as pessoas não devem ser sacrificadas em prol do capital.

No sentido histórico, Munarim (2008), destaca que a Educação do Campo aconteceu como um movimento social em busca de políticas públicas, e por uma educação do campo visível, já que atualmente, ainda o urbano/industrial está em destaque em relação ao campo. Salaria que esse movimento surgiu com o “Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro”, e está diretamente associado com a Reforma Agrária e com o MST. Além dele, outros movimentos sociais também foram fundamentais para o nascimento da Educação do Campo como o Movimento dos Atingidos pelas Barragens, Marcha das Margaridas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais entre outros. Mas, o I ENERA (I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária), foi um ponto de partida para o movimento da Educação do Campo.

Outro importante marco, conforme Munarim (2008) foi a Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que aconteceu em 1998 com a participação de várias entidades, com o tema: “Por uma Educação Básica do Campo” a partir da qual se elaboraram documentos e livros que articulam a Educação do Campo no país. Outros dois processos políticos importantes, com resultados diversos, que afetam a educação do Campo foram o Plano Nacional de Educação (PNE -2001), e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, lançadas no I Seminário Nacional, em 2001, com o lema: “Educação do Campo: Semente que se torna planta pelo nosso cultivar”. O PNE é excludente, e os participantes da Educação do Campo não concordam, pois continuou abordando a educação dos povos do campo, a partir da visão urbana e

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



industrial. Já as Diretrizes Operacionais foram mais significativas, teve a participação dos movimentos sociais e conduziu à elaboração das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, pela resolução do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica CNE/CEB nº1, de 03 de abril de 2002. De acordo Munarim (2011), estas diretrizes fazem parte dos importantes documentos produzidos que estabelecem a universalização, a diversidade, a formação dos professores, a organização curricular, a sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável, a gestão democrática e controle social voltados para o campo. Já a Resolução CNE/CEB nº2, de 28 de abril de 2008, trata da nomenclatura da Educação do Campo e organiza a questão do transporte escolar.

O decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, dispõe de políticas públicas para a Educação do Campo, tornando-se um suporte para a luta, assim como também organiza o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), que pensa e financia a educação na reforma agrária. Estabelece ainda, a ampliação ao direito de educação superior e ao conceito de Educação do Campo, e garante que as escolas que atendem alunos do campo, mesmo ficando em área urbana, podem ser consideradas rurais.

Em 2010 é criado o Fórum Nacional da Educação do Campo (Fonec), com caráter político e abrangência nacional, relacionado ao momento histórico de mudança de governo. A busca era garantir os poucos direitos conquistados, importante na rearticulação na busca de políticas públicas para a Educação do Campo.

Percebe-se que foi devido a articulação de entidades, órgãos e movimentos sociais que há políticas públicas para Educação do Campo, porém, nesse país não há um projeto de nação, nem de campo, muito



menos de educação, assim a luta por políticas públicas educacionais do campo precisa continuar, já que muita gente vive no campo e do campo.

Ainda em relação ao desenvolvimento histórico o documento Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001) realiza uma abordagem em que aborda a questão da falta de políticas públicas para educação do campo, ao longo da história brasileira, a partir das constituições. As primeiras constituições do país – 1824 e 1891- mal asseguravam o acesso do ensino primário e esse voltado ao meio urbano, sem nenhuma referência a educação rural. Foi apenas no início do século XX que a educação rural foi pensada, mas sob a perspectiva dos patronatos.

Conforme as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001), na constituição de 1934 previa-se apenas repasse de recurso para a educação em zonas rurais, porém avança na área educacional em relação às demais. Nesse período, a educação estava associada ao Manifesto dos Pioneiros. Na constituição de 1937, o ensino ainda permaneceu com o enfoque na área urbana, sem diretrizes gerais para os níveis e modalidades de atendimento escolar. Em 1946, foi elaborada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, com o objetivo de formar profissionais para o trabalho agrícola, já no ensino superior estabelece o curso de técnico agrícola. Porém, mantêm as características de financiamento da constituição anterior de responsabilidade do custeio das empresas. A constituição de 1967 continua mantendo a fundamentação das empresas agrícolas e industriais em ofertar o ensino primário gratuito aos seus empregados (não obrigatório). Apenas na constituição de 1988 é que a educação se torna um direito de todos e dever do Estado, tanto nas áreas urbanas como nas rurais, porém, nada de direito sobre a Educação do Campo.

Ainda conforme as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001), em relação às constituições estaduais, de forma geral, preveem a adaptação do currículo e do calendário conforme a realidade do campo e de especificidades culturais, e em algumas buscas a valorização do professor que trabalha no campo. Alguns Estados ofertam o ensino profissionalizante para a área rural.

Mesmo que nos últimos anos a relação urbano-rural tenha se alterado devido a modernização da área rural, ainda ocorre um reflexo da área urbana sobre a rural e vice-versa. Porém, no setor educacional a visão urbana predomina sob o campo. Isso resulta em uma dificuldade muito grande, principalmente no que se refere a implementar um projeto de Educação do Campo.

Uma alternativa pedagógica para trabalhar metodologicamente na Educação do Campo é a pedagogia da alternância

[...] a Educação do Campo é assunto estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural e a Pedagogia da Alternância vem se mostrando como a melhor alternativa para a Educação Básica, neste contexto, para os anos finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de nível médio, estabelecendo relação expressiva entre as três agências educativas – família, comunidade e escola. (MEC, 2006, p.01).

A pedagogia da alternância alterna em períodos na escola e na família, cumprindo com a legislação e ultrapassando os 200 dias letivos e 800 horas já que conta tanto o período que passa na escola como o orientado realizado nas famílias. O currículo são os conteúdos nacionais, mais a parte diversificada das características locais. Respeita o ano agrícola. Entre os instrumentos pedagógicos estão: plano de formação, plano de estudo, interdisciplinaridade, caderno de sínteses da realidade do aluno, fichas didáticas, visitas de estudo, intervenções externas,

experiências, visitas à família do aluno, caderno de acompanhamento da alternância e avaliação. A legislação vigente permite à pedagogia da alternância, especificamente na Lei 9394/96 (LDB) e cumpre com a legislação. As escolas que aplicam a pedagogia da alternância possuem resultados positivos, sendo bem-sucedidas e avaliadas.

Entender que a metodologia do campo precisa estar de acordo com a realidade e os educadores precisam estar dispostos a mudanças necessárias.

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico Integrado e destinasse ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (MEC, 2008, p. 03)

O Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, estabelece que; “[...] escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.” (MEC, 2010, p. 01). E institui ainda os princípios da educação do campo:

Art. 2º São princípios da educação do campo: I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho; III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo; IV -

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (MEC, 2010, p.02).

A Educação do Campo precisa respeitar a diversidade, organizar de acordo com a realidade a metodologia e o calendário escolar. Outro elemento essencial é a formação continuada dos profissionais que atuam na Educação do Campo, ponto crucial para que seja executada de maneira coerente.

Molina (2012) debate acerca das legislações vigentes para a Educação do Campo como conquistas dos movimentos sociais dos camponeses, e mesmo diante desses avanços, se continua fechando escolas na área rural de todo o país, por isso, a luta e a pressão no Ministério Público e no poder Executivo devem continuar fortes e constantes. São vários os marcos legais que garantem a Educação do Campo, assim como, a intenção da Educação do Campo é garantir o direito a educação que garanta as condições sociais, de trabalho ligado a natureza, ou seja, que esteja de acordo com a realidade em que o sujeito está inserido.

A Educação do Campo foi pensada nas suas diretrizes, no que refere a gestão escolar, na relação entre escola e comunidade, respeitando e valorizando as especificidades de cada localidade. Molina (2012) destaca ainda a importância da formação continuada do professor para atuar de acordo com essa modalidade de ensino. Entre os objetivos da Educação do Campo está também, a redução do analfabetismo no campo, e a oferta de uma educação de qualidade para essa população, buscando proporcionar o acesso à educação superior, e promover



políticas públicas para diminuir a defasagem educacional histórica com os camponeses.

A Educação do Campo, conforme Ghedini (2017), está amparada na legislação, mas ainda possui muitos degraus a serem conquistados. A realidade da Educação do Campo ainda é precária, e há uma distância entre a legislação e o que se aplica na escola do campo. Acontece ainda o fechamento das escolas do campo, principalmente no quesito financeiro, já que estas “não se pagam”, principalmente no nível municipal. O mesmo ocorre no Estado, que a política no momento é de fechamento de escolas.

Segundo Ghedini (2017) ainda não se tem políticas públicas verdadeiras para a educação do campo, nem para os profissionais, nem para o acesso à escola. No sentido profissional, não há professor lotado nas escolas do campo, não há concurso nessa área, e ainda nesse sentido, há uma rotatividade muito grande de profissionais, o que dificulta ainda mais para a escola do campo. Não há diferenciação por parte do Estado, a cada ano letivo é necessário enfrentar o Estado, para a questão da educação do campo. Na base legal, se tem o suficiente para uma revolução. Porém, não é fácil, e muitas vezes tudo isso não chega no chão das escolas do campo.

Outro aspecto que se soma ainda é o desconhecimento da realidade do campo ou de outros espaços sociais, haja vista que a legislação é tratada e aplicada na lógica do “universal”, a especificidade não é considerada. Há muitas diferenças de um lugar para outro, muitas pessoas que elaboram as políticas públicas não conhecem as realidades de norte a sul do país. Há muita disparidade no Brasil em todos os sentidos, na distância, na realidade das escolas, e nem se pensa em relação a isso, a educação do campo deve ser diferente, não uma oferta precária de acesso a ferramentas indispensáveis no processo de aprendizagem.

Sobre a questão de a educação do campo ser considerado uma modalidade, a mesma ainda não está formalizada no dia a dia nas escolas. Esta pode ser uma armadilha perigosa, porém, ao mesmo tempo pode ser um caminho. Por ser modalidade, não precisa seguir a rigorosidade do ensino regular e ao mesmo tempo não pode haver barateamento no ensino.

Ainda de acordo com Ghedini (2017), atualmente há muitos riscos de a Educação do Campo não acontecer, por outro lado se visualiza também o fortalecimento da Educação do Campo como luta social. Ou seja, de que há muita luta para a escola do campo, e uma urgência para que essa escola dos trabalhadores do campo se concretize. É necessário um processo de união sempre nesse sentido. Há muito para se modificar no que se refere ao campo, começando pela materialidade do campo, que ainda é visto como atraso, e também pela visão da agricultura do agronegócio, que resulta numa falta de identidade do campo no Brasil, o esvaziamento do mesmo e o fechamento das escolas.

Portanto, é necessário dar um novo sentido, e implementar a modalidade, e se sustentar a partir sua realidade histórica e política, se materializando na luta pela Educação do Campo que deve continuar acontecendo em todos os ambientes e formas possíveis.

## Considerações Finais

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino da educação básica e tem como o objetivo atender às populações rurais como agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

A educação ofertada para atender a população rural foi, ao longo da história e, inclusive, até os dias atuais, idêntica à urbana e, muitas vezes ainda, propaga a ideia incorreta de uma superioridade urbana em relação a rural.

A Educação do Campo é resultado de inúmeras lutas e organização dos movimentos sociais, especialmente do MST e, atualmente, é garantida na legislação brasileira, mas, mesmo assim, ainda não é um projeto concreto na maioria das escolas brasileiras.

Dessa forma, se conclui que a Educação do Campo vai além da sala de aula, do processo de ensino e aprendizagem para a concretização de um projeto de campo, que busque a sustentabilidade, o respeito e a valorização da agricultura familiar e das outras minorias relacionadas ao campo. Repensar e reorganizar as escolas do campo se faz necessário, é preciso “arregaçar as mangas” e fazer acontecer a Educação do Campo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Nacional De Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Brasília: MEC: 2002.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC: 2011.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo**. Brasília: MEC: 2008.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância**. Brasília: MEC: 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Brasília: MEC: 2010.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



BRASIL, Ministério Da Educação, Conselho Nacional De Educação, Câmara De Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Brasília: MEC: 2010

CALDART, R. S. Educação do Campo. In. CALDART, R. S. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular: 2012.

FRIGOTTO, G. **Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: Desafios de conteúdo, método e forma**. 2010. Disponível em <  
[https://www5.unioeste.br/portalunioeste/images/files/GEFHEMP/Textos\\_Bloco\\_I/02\\_-\\_Gaudencio\\_Frigotto\\_-\\_Projeto\\_societario\\_contra-hegemonico\\_e\\_EdoC.pdf](https://www5.unioeste.br/portalunioeste/images/files/GEFHEMP/Textos_Bloco_I/02_-_Gaudencio_Frigotto_-_Projeto_societario_contra-hegemonico_e_EdoC.pdf) >  
Acesso em 10 de outubro de 2019.

GHEDINI, Cecília Maria. **A produção da Educação do Campo no Brasil: das referências históricas à institucionalização**. Jundiaí, SP, Paco Editorial: 2017.

MOLINA, M. C. Legislação Educacional do Campo. In. CALDART, R. S. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular: 2012.

MUNARIM, A. **Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século XXI**. Brasília: Em aberto: 2011.

LEHER, R. MOTTA, V. C. Políticas Educacionais Neoliberais e Educação do Campo. In. CALDART, R. S. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular: 2012.

MUNARIM, A. **Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção**. 2008.

RIBEIRO, M. Educação Rural. In. CALDART, R. S. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular: 2012.



## AGROECOLOGIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO CAMPO

**COORDENADORA:** Tânia Regina Moreschi Fabiane

**RELATORA:** Angela Maria Plentz Biscoli

49

### Nome dos Participantes do grupo:

Alini Roza de Mello, Angela Maria Plentz Biscoli, Cleunice da Veiga, Débora Anara Didoné, Elaine Fabiane Gaiovicz, Elisângela Mirian Biondo, Jéssica Caroline Pasa, Luana Caroline Schmoller, Serli Salete Cecagno, Selvina Januária Sezinandi, Tânia Regina Moreschi Fabiane, Tassiana Michele Menegolla

Local onde foi realizado o grupo: Município: Verê Estado: PR

### Resumo

Com o passar dos tempos e as evoluções que o homem foi conseguindo, começou a produzir instrumentos de trabalho com maior eficiência, que contribuíram para o aumento da produção e, conseqüentemente, a diminuição da dependência da agricultura em relação à natureza. Com o uso das inovações surgidas nos séculos XVIII e XIX, na Europa principalmente, o homem tornou-se mais dependente em relação ao setor industrial. Isso corresponde à tecnificação e à mecanização da produção agropecuária. A modernização da agricultura segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores, fortalecendo a monocultura. Como resistência ao processo de modernização da agricultura, temos o surgimento, no início do século XX, na Europa, de uma forma alternativa de produção, a agroecologia. Assim a Escola Estadual do Campo Marechal Deodoro da Fonseca juntamente com a Rede Refocar – Rede de Formação de Professores das Escolas do Campo, optou por realizar uma formação em Agroecologia nas Escolas Públicas do Campo para este período letivo, buscando potencializar o desenvolvimento da agroecologia e fortalecer a identidade camponesa dos nossos alunos, baseando nossas práticas pedagógicas nas especificidades do campo para priorizar a construção do conhecimento a partir da dimensão ecológica da vida no âmbito das famílias, nas suas relações internas e do seu fazer na agricultura. Com isso, consolida-se a agroecologia na tríade ciência, prática e movimento social, construída em diálogo com a Educação e as escolas do Campo, mostrando possibilidades nos processos de transformação dos camponeses em pessoas que pensam e agem a favor da vida.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



**Palavras-chave:** Agroecologia; Biodiversidade; Sustentabilidade.

## Introdução

A Escola Estadual do Campo Marechal Deodoro da Fonseca faz parte da Rede Refocar – Rede de Formação de Professores das Escolas do Campo, que oportuniza formação aos professores. Nossa escola, por estar situada no distrito de Sede Progresso, município de Verê, e ter como alunos estudantes de famílias camponesas, optou por realizar uma formação em Agroecologia nas Escolas Públicas do Campo para este período letivo.

A agroecologia é uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento dos ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais. Tem como principal objetivo a produção “limpa” de alimentos mais saudáveis e naturais, ou seja, um conjunto de ações que visam sistematizar a abordagem da agricultura em diversos aspectos, criando modelos justos e economicamente viáveis e sustentáveis ecologicamente.

Buscando potencializar o desenvolvimento da agroecologia e fortalecer a identidade camponesa, nossas práticas pedagógicas nas escolas e suas especificidades devem priorizar a construção do conhecimento a partir da dimensão ecológica da vida no âmbito das famílias, nas suas relações internas e do seu fazer na agricultura, sendo uma forma de reconstruir ecologicamente a agricultura e as relações sociais dos sujeitos do campo e a formação humana integral.

A metodologia utilizada foram dez encontros presenciais tendo como base a leitura, debate e estudo de alguns textos bases para a formação dos professores, e a realização de atividades investigativas e práticas junto aos alunos e em parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) de Dois Vizinhos, Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e Secretaria Municipal de Agricultura de Verê.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



O presente artigo disserta sobre as Escolas do Campo e a Agroecologia e suas relações com a Educação Básica, os elementos para compreensão da história da agricultura e organização do trabalho, bem como a reflexão da ação da agroecologia sobre nossas vidas e a questão da soberania alimentar e, por fim como uma forma de resistência do pequeno agricultor no campo.

## DESENVOLVIMENTO

Com o passar dos tempos e as evoluções que o homem foi conseguindo, começou a produzir instrumentos de trabalho com maior eficiência, que contribuíram para o aumento da produção e, conseqüentemente, a diminuição da dependência da agricultura em relação à natureza. Com o uso das inovações surgidas nos séculos XVIII e XIX, na Europa principalmente, o homem tornou-se mais dependente em relação ao setor industrial. Isso corresponde à tecnificação e à mecanização da produção agropecuária. A modernização da agricultura segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores, fortalecendo a monocultura e causando danos ao ambiente e aos ecossistemas presentes nesse.

Como resistência a esse processo, temos o surgimento, no início do século XX, de uma forma alternativa de produção, a agroecologia, pautada no respeito às diferentes formas de vida presentes nos ecossistemas, sejam elas naturais ou humanas. Para tanto, é importante salientar que a agroecologia é uma forma de resistência das famílias camponesas no campo, fortalecendo também as escolas do campo, pois, em sua maioria, os frequentadores dessas instituições são estudantes de famílias camponesas. Então, a resistência pode ser vista por dois vieses, a permanência e viabilização destas famílias camponesas no campo e o fortalecimento das escolas do campo pela contínua formação das novas gerações.

Para compreender melhor a Agroecologia, toma-se o conceito de Altieri (2004, p. 204):

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos a compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo [...] O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismo entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas.

Então, segundo Saquet et al. (2005), a agricultura ecológica tem como principal objetivo a produção de alimentos saudáveis, com um mínimo possível de resíduos agrotóxicos, com boa qualidade, com bom sabor, aroma e valor nutricional. Ao mesmo tempo, devem ser preservados os recursos e as paisagens naturais, assegurar o trabalho e servir como fonte de renda para a subsistência das famílias agricultoras.

Outro fato importante é a viabilidade que a agroecologia traz ao conhecimento como um conjunto integrado, trabalhando em defesa e valorização da vida, com a produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, levando em consideração a relação da natureza com a humanidade, bem como agroecossistemas em sua totalidade (natureza, produção, política e cultura), o que torna possível o trabalho interdisciplinar dentro das escolas do campo.

A constituição originária da agroecologia é interdisciplinar. Envolve ao mesmo tempo diferentes áreas da ciência, integrando estudos sobre a natureza e a sociedade, além de valorizar e trabalhar com diferentes formas de conhecimento. Seus estudos podem ajudar as escolas a desencadear processos de desfragmentação do ensino e inspirar novas lógicas de organização do plano de estudos. Sem um pensamento dialético (intuitivo ou cientificamente construído) não há como entender e pôr em prática a agroecologia (CALDART, 2016, p.7).

Além disso, a agroecologia visa facilitar a relação escola, trabalho e produção, num conjunto, integrando teoria, prática e habilidades técnicas, para que o camponês encontre diversas formas de sobrevivência e permanência no campo.

E se formos um pouco mais ousados, e movidos, e por uma visão mais ampla dos direitos formativos de nossos estudantes, o fio a desenrolar a propósito da agroecologia, é a redefinição dos conteúdos e da forma de estudo sobre a natureza: anos e anos de estudos escolares das “ciências

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**





da natureza” e pouco conseguimos entender sobre o que é a natureza, como funcionam seus ciclos e relações, como acontece o metabolismo entre natureza e ser humano, como se produz saúde. Isso precisa mudar com urgência, pelo bem da vida! (CALDART, 2016, p.6)

Várias práticas camponesas são agroecológicas e nem sempre reconhecidas como tal pelos próprios camponeses, pois nem os agricultores se reconhecem como camponeses dentro da atual conjuntura da agricultura, dentre as práticas desenvolvidas estão: a rotação de culturas; produção de alimentos para o consumo da família (verduras, grãos, legumes, frutos, raízes e tubérculos); agroflorestas (plantas nativas); controle biológico de pragas; produção e troca de sementes crioulas; culinária, artesanato, estética de jardins, quintais e instalações; destino e tratamento dos resíduos gerados na propriedade; cultivos de ervas medicinais (cidreira, funcho, cavalinha, hortelã, erva doce, macela etc) e compreensão de conhecimentos tradicionais de agricultura e sua aplicabilidade.

A base da Agroecologia é a formação humana, por isso deve ser levado em consideração em nossas práticas pedagógicas a realidade dos nossos alunos, os conhecimentos populares como elementos primordiais, as práticas sociais e cotidianas das comunidades, e se pensar novas práticas que possam contribuir com o processo formativo de toda a comunidade, buscando levar as próprias famílias a transformarem o meio em que vivem a partir das experiências nas práticas escolares. Trata-se, portanto, de uma mudança cultural, no modo em que as pessoas compreendem e fazem o mundo.

A agroecologia possui três dimensões e nestas é possível notar um movimento de resistência à ampla transformação da natureza, buscando sempre alternativas para contornar os problemas associados a essas transformações. Dentro da dimensão do trabalho na agricultura e na prática social, isso está colocado na busca de novas formas de desenvolvimento de tecnologias e sistemas agrários mais trabalhados. Na dimensão da produção científica, pela busca por uma agricultura alternativa que posteriormente, viria a se transformar na agroecologia. Por fim, no movimento social, um modelo de contestação ao modelo de

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



modernização conservadora da agricultura, usando a agroecologia como uma bandeira de luta.

Diante disso, estabelecer um currículo em agroecologia é organizar os conteúdos de tal forma que contemplem os anseios dos povos do campo, como emancipação humana e social, a partir da interação e síntese dos currículos científico e “oculto”. Para isso, a pesquisa como princípio educativo e como forma de intervenção na realidade devem nortear as ações pedagógicas de forma interdisciplinar, valorizando a coletividade e o trabalho, como fator social da formação humana, gerando organização, participação, consciência e luta.

A defesa de uma produção de conhecimento baseada na relação direta entre o conhecimento científico e a sabedoria dos povos do campo - a partir do diálogo de saberes - usando a problematização da realidade; a revalorização dos conhecimentos sociais dos camponeses; a geração e disseminação de tecnologias adaptadas às realidades territoriais, respeitando o conhecimento e não degradando o meio ambiente; a transformação da realidade social das famílias camponesas e a produção de alimentos saudáveis para seu consumo e o abastecimento dos mercados locais, são alguns dos elementos centrais da mudança metodológica e estão inclusos na educação do campo com enfoque agroecológico.(SOUZA, 2017).

Sabe-se que a agrobiodiversidade é um produto da intervenção do homem sobre os ecossistemas: com sua criatividade o homem manipula vegetais e animais geneticamente para obtenção de lucratividade, sem a preocupação com o meio ambiente. Assim, discussões de como alimentar, de forma saudável a população, vem à tona a todo instante. O acesso, a qualidade, a disponibilidade, as práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis nos levam a perceber o empobrecimento das dietas e a perda da agrobiodiversidade e da segurança alimentar ao longo do tempo, sem contar o uso indiscriminado de agrotóxicos, o desmatamento etc.

Candiotto (2008) acorda que “cabe à agroecologia pensar na produtividade agrícola a partir da dinâmica de cada ecossistema, e de sua transformação em

agroecossistemas sustentáveis, buscando compatibilizar benefícios ambientais, econômicos e sociais, sobretudo para os agricultores familiares envolvidos”. A agricultura orgânica pretende e pode gerar estratégias de desenvolvimento socioeconômico e contribuir para a agricultura familiar. A partir de seus princípios elementares é possível, uma menor agressão ao meio ambiente, à produção de alimentos mais saudáveis e recursos para a auto-sustentação dos produtores. (SAQUET, 2008, p. 152)

Em consonância com a nossa realidade, as alternativas encontradas foram o desenvolvimento de um trabalho conjunto com os estudantes oriundos das famílias camponesas, para a orientação e apresentação das possibilidades que a agroecologia oferece. Quando começamos o grupo de estudos pela Rede Refocar, organizamos atividades pedagógicas a serem desenvolvidas com os alunos durante o período letivo.

Ao estudar sobre os solos e plantas, nossos alunos foram apresentados ao conceito de SAF (Sistema Agroflorestal) onde o uso da terra mistura espécies de árvores lenhosas perenes ou outras árvores em áreas de produção de cultura e/ou animais com fim de se beneficiar das interações ecológicas e econômicas, sociais e culturais resultantes do sistema. Após este trabalho, foi realizada a visita de campo a UTFPR de Dois Vizinhos, que compreendeu três momentos: palestra explicativa com uso de mídias sobre o SAF; visita “in loco” ao SAF e ao Horto Florestal da instituição. Em outro momento, os colaboradores desta instituição vieram até a escola para trabalharem com os alunos atividades práticas sobre os solos, demonstrando a importância, os cuidados, os tipos, a estrutura e a biodiversidade dos solos.

A partir destas atividades os alunos foram convidados a organizar em suas casas um pequeno SAF, no espaço disponível, para construir o conceito científico do tema e perceber a importância das relações agroecológicas.

Ao trabalharmos com as famílias, realizamos oficinas nas quais os familiares e os estudantes trabalharam juntos, sobre uso e fabricação de pomadas e chás

caseiros; a homeopatia como forma de tratamento e prevenção; água – como está sua qualidade em Verê; e o uso de agrotóxicos na região Sudoeste. Estas atividades foram realizadas em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura de Verê, UTFPR de Dois Vizinhos e colaboradores convidados pela escola.

As práticas de Campo foram realizadas na horta da escola, na qual os alunos se utilizaram dos conceitos matemáticos de perímetro, área e medidas para realizarem a limpeza da área, organização dos canteiros e plantios das mudas. Além disso, efetuaram a poda das mudas frutíferas existentes na escola. Estas atividades foram realizadas com o apoio técnico do CAPA.

Mais uma parceria com a Secretaria Municipal da Agricultura de Verê e UTFPR de Dois Vizinhos, proporcionou aos nossos alunos a participação nas oficinas sobre o sistema Agrosilvipastoril e Produção de Abelhas Rainhas, mostrando a importância destes para a manutenção da vida.

Ainda, realizamos a visita técnica a propriedade do senhor Décio Cagnini, produtor agroecológico de nosso município, que nos explicou o processo de produção e venda de seus produtos, bem como a importância do trabalho associativo.

Além disso, durante as aulas as relações entre a natureza e o ser humano foram discutidas e aos poucos vão sendo incorporadas a vida dos alunos.

Com estas atividades pretendeu-se oportunizar reflexões que relacionam a agroecologia a vida dos camponeses, pois o contexto socioeconômico nos quais nossos alunos e suas famílias estão inseridos remete-os a um sistema seletivo e que, cada vez mais, exclui o pequeno e deixa o grande capital e o agronegócio tomar força no campo. E nós, enquanto escola, vendo na agroecologia uma alternativa de resistência e permanência das famílias no campo, oportunizamos à comunidade escolar esse conhecimento a fim de garantir-lhes possibilidades de renda e vida no campo.



## Considerações finais

Ao estudarmos sobre agroecologia e suas relações com o camponês e a Educação, percebe-se que ambas têm em comum a luta pela terra e pela vida; o enfrentamento ao agronegócio; o protagonismo das organizações e movimentos sociais e sindicais; outra concepção de educação e a afirmação do projeto de desenvolvimento de campo com ênfase na agricultura familiar e na agroecologia.

Assim, o trabalho educativo nas escolas do campo deve valorizar o resgate e inventário das práticas camponesas, articulando-as com os conteúdos escolares e com os processos produtivos do entorno, na forma do trabalho socialmente necessário, devendo estar incluídas no planejamento pedagógico para garantir um elo com as atividades de ensino.

Afirmar a existência de uma abordagem de agroecologia nas escolas do campo provoca a necessidade de avançarmos nos estudos sobre as perspectivas e desafios a serem superados no processo de articulação do movimento da Agroecologia com as Escolas do Campo. Nesse aspecto, um dos desafios refere-se às práticas educativas de Agroecologia que têm sido realizadas nas escolas e a orientação às famílias camponesas, para a formação de identidade, opção de vida, geração de renda e saúde.

Com isso, consolida-se a agroecologia na tríade ciência, prática e movimento social, construída em diálogo com a Educação e as escolas do Campo, mostrando possibilidades no processo de transformação dos sujeitos camponeses, em pessoas instruídas, que pensam e sabem agir a favor da vida.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



CALDART, Roseli Salete. *Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida!* Disponível em: <[https://docit.tips/download/escolas-do-campo-e-agroecologia-roseli-fev16-1\\_pdf](https://docit.tips/download/escolas-do-campo-e-agroecologia-roseli-fev16-1_pdf)>. Acesso em: 07 abr. 2019.

CANDIOTTO, Luciano Z. P., CARRIJO, Beatriz R., OLIVEIRA, Jackson A. de. A agroecologia e as agroflorestas no contexto de uma agricultura sustentável. In: ALVES, Adilson Francelino, CARRIJO, Beatriz Rodrigues, CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Org). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HOELLER, Silvana. MARTINS, Valentim (orgs.). **ProJovem Campo Saberes da Terra**: Transição Agroecológica em Sistemas Familiares de Produção Familiar. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2013.

MARTINS, Adalberto. Elementos para compreender a história da agricultura e a organização do trabalho. IN: RIBEIRO, Dionara Soares et al. (org.). **Agroecologia na educação básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 51-70.

MARTINS, Adalberto. Elementos para compreender a história da agricultura e a organização do trabalho. In: RIBEIRO, Dionara Soares et al. (org.). **Agroecologia na educação básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 71-89.

RIBEIRO, Dionara Soares et al. (org.). **Agroecologia na educação básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 9-31

SANTOS, João Dagoberto dos. A Agroecologia em nossas vidas - reflexões e algumas rotas, em busca de um equilíbrio em tempos de crise. IN: RIBEIRO, Dionara Soares et al. (org.). **Agroecologia na educação básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 91-106

SAQUET, Adriano Arriel. Reflexões sobre a agroecologia no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino, CARRIJO, Beatriz Rodrigues, CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Org). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOUZA, Romier P. Educação em agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252017000200011](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200011). Acesso em: 11 nov. 2019.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. In: RIBEIRO, Dionara Soares et al. (org.). **Agroecologia na educação básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 136-151

## EDUCAÇÃO DO CAMPO, ESTUDO EXPLORATÓRIO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA NO ASSENTAMENTO MISSÕES

**COORDENADORA:** Raquel Antunes da Silva

**RELATORA:** Elenice Salete Pessatto

60

### **Nome dos Participantes do grupo:**

Adriana Araújo Bento, Adriele Osowski, Daniela Klipstein Schmobli, Elenice Salete Pessatto, Ivanir Arnaust, Nilcea Aparecida Cardoso de Andrade, Raquel Antunes da Silva, Rosane Feltrin

Local onde foi realizado o grupo: Colégio Estadual do Campo Paulo Freire – Assentamento Missões  
Município: Francisco Beltrão Estado: Paraná

### **Resumo**

O presente trabalho expressa as principais discussões abordadas durante os estudos sobre Educação do Campo e Escolas Públicas do Campo, para tanto, destaca-se os conceitos da Educação do Campo paralelo à vivência no Assentamento Missões, desde a implantação da escola até os dias atuais.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Assentamento Missões. Políticas Públicas.

### **Introdução**

Entendemos que a escola é o espaço de formação social e política dos sujeitos, ao mesmo tempo, que esta possui como função social a socialização dos

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**





saberes acumulados e os processos de reelaboração e produção dos conhecimentos pela humanidade ao longo dos tempos. Portanto, para àqueles que vivem no campo, é também um espaço de luta e resistência.

Assim, a política da Educação do Campo vem de encontro com os interesses dos trabalhadores rurais (camponeses), que visam uma política social voltada para a educação específica do campo, que remetem ao trabalho, culturas e lutas sociais dos camponeses e a parte histórica desta luta é a “consciência de mudança”.

Para melhor compreender os processos que permeiam a Educação do Campo, se faz necessário definir que a Educação do Campo surge a partir de conferências, análises, discussões, seminários e encontros de educadores. Em ambos os casos se discute de forma mais ampla sobre o processo de formação na Educação do Campo, por uma educação de qualidade, onde se debate políticas públicas que garanta aos trabalhadores rurais uma luta específica, justa e necessária.

No entanto, cabe ao estado o dever de garantir aos trabalhadores, o acesso à Educação Específica do Campo em espaços públicos. Mas sabe-se que na realidade a busca pela educação de qualidade no campo, se faz necessário constantemente.

## Educação do Campo

Ao abordar sobre Educação do Campo, entende-se que este termo passou por adaptações ao longo dos anos, de acordo com Caldart (2012), somente a partir de 2002 “surge a expressão “Educação do Campo””, bem como se destaca que os seminários e conferências realizadas, para discutir conteúdos deste contexto, foram de extrema importância para a luta pela Educação do Campo.

Dentre os programas surgidos, destaca-se o PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, “instituído pelo governo federal em 16 de abril de 1998 e em vigência até hoje” (CALDART 2012, p. 260). Através deste afirma-se que

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



a Política de Educação do Campo oferta Educação Básica e Superior às pessoas que moram no campo, de acordo com o Artigo 1º, no § 1º do Decreto nº 7.352,

[...] entende-se por: I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (BRASIL, 2010 p. 01)

Desta maneira, escolas do campo ou escolas situadas em áreas urbanas, mas que atendam população do campo, deverão elaborar um Projeto Político Pedagógico em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

Entre os exemplos das mudanças e conquistas alcançadas no processo estão, a mudança da nomenclatura de Educação Básica do Campo, para Educação do Campo, conquistada em 2002, que veio compreender desde a Educação Infantil até a Universidade. Em 2010 amplia-se uma participação maior em Universidades e Institutos Federais onde o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) toma posição para a construção de novas escolas públicas.

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2011, p. 14).

No entanto, sabe-se que há existem várias políticas para atrair trabalhadores rurais para às cidades. E desde o projeto da Educação Rural, em 1920, a sociedade brasileira se preocupa com a educação mais sistematizada, para a escola urbana, com intensão de preparar os filhos dos agricultores para se manter na área rural e trabalhar na propriedade da família.

Busca-se uma educação do campo que leve em consideração a identidade cultural dos sujeitos que ali vivem. Por isso, os professores na dinâmica da educação do campo são considerados sujeitos em construção, assim como os alunos. No entanto, aos educadores é cabível a tarefa de perguntar-se quem são os sujeitos com os quais compartilham experiências de vida durante o ano letivo, haja vista que cada aluno tem sua identidade, sua história e o professor também. Por isso os professores devem perceber o quanto é importante assumir sua história para que então, possam descobrir a pessoa que está por trás do rosto de cada criança, jovem ou adulto, e então, conheçam sua história, respeitem suas diversidades e seus direitos (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011).

Diante disso, quando abordado a questão dos eventos históricos da educação rural a educação do/no campo, as concepções de escola e de educadores são fundamentais para a compreensão do tipo de educação que foi ofertada aos povos moradores em locais distantes do quadro urbano. Por conta disso, ao entendermos a escola como um espaço dinâmico, segundo os pressupostos da educação do campo, os educadores são sujeitos importantes na construção de uma sociedade solidária e justa.

Para que se compreenda a escola do e no campo e sua identidade, é preciso entender a relação entre cultura e escola, e que questões culturais sempre estiveram presentes nos debates sobre educação do campo e escola no campo. De acordo com Forquin (1993, p. 197) “[...] existe uma relação íntima, orgânica entre educação e cultura, considerando a escola como “mundo social” com características e vida próprias, o que ele nomeia de cultura de escola”.

Nesse viés de discussão, Gómez (2012) compreende a escola como um espaço de diversidade cultural, onde essas várias culturas se entrelaçam e isso que lhe imprime identidade, autonomia e teria a finalidade de mediar, de forma reflexiva, os vários conhecimentos ali existentes, divididos e compartilhados. Portanto, Forquin (1993) e Gómez (2012) entendem que a escola é um espaço de produção de cultura, assim como é também um produto cultural. Desse modo, a escola ganha

uma nova dimensão e um novo sentido, e ao mesmo tempo, tem o desafio de mudar de perspectiva de educação.

## Vivência no Assentamento Missões

Hoje podemos destacar que a história do Colégio Estadual do Campo Paulo Freire inicialmente ofertava o Ensino Fundamental e Ensino Médio foi marcado pelo processo de lutas, principalmente, foi a luta pela terra. Com a conquista da terra logo veio a conquista da escola, moradia e crédito. A primeira escola era de lona com várias ocupações na prefeitura logo foi a conquista do Ensino Fundamental e a construção de suas estruturas físicas, mas não parou por aí com todo o contexto de lutas favoreceu logo deu condições de luta também pela implantação do Ensino Médio.

Em 1996, representantes das comunidades da região, reuniram-se a fim de debater sobre a ocupação da Fazenda Marrecas, localizada na Gleba Missões, atualmente denominada Linha Fazendinha. Os trabalhadores do campo, tinham força de vontade de lutar por um pedaço de terra para criar e sustentar suas famílias. Após a ocupação surge a preocupação dos pais sobre como e onde seus filhos poderiam estudar. Diante deste fato, o MST auxiliou na organização dos projetos a serem submetidos as autoridades para abrir uma escola no próprio assentamento.

Inicialmente conseguiu-se a abertura de 1ª a 4ª a série. O próprio Sindicato dos Trabalhadores recomendou que as salas de aulas fossem organizadas, ainda que de forma improvisada dentro das casas que já existiam na fazenda. As aulas eram ministradas pelas professoras Neuza Bastian Trento, Terezinha Re, Irone Castoldi Griz e Indiana Vieira, com o tempo outras professoras participaram do processo de ensino aprendizagem.

No entanto, as famílias ainda se preocupavam com o ir e vir dos filhos para estudar nas séries mais avançadas em escolas localizadas na zona urbana, pois a

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**





distância e o tempo de percurso entre a propriedade e a escola eram longos e perigosos, uma vez que havia caminhada longa até o ponto de ônibus, além do mal estado de conservação das estradas.

Foram muitas as lutas dos pais e professores acampados em frente a prefeitura para reivindicar direitos em relação a oferta de ensino. Em 2003 foi inaugurado o prédio com 6 salas de aula, mas a conquista pela abertura do Ensino Médio, que se deu apenas em 2005. Enquanto o Ensino Fundamental Séries Finais, passou a ser ofertado pela rede estadual apenas em 2010, já que desde 2001, era ofertado ensino dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela rede municipal.

Em 2002, 5ª a 8ª série, com a construção da estrutura física da escola municipal e colégio estadual no Assentamento Missões, a educação do campo passa a atender alunos de 12 comunidades: Linha Volpato, Linha Água Vermelha, Lageado Grande, Linha Altaneira, Linha Jandira, Santa Barbara, Bom Jesus, Nova União, Linha Formiga, Linha Piracema, Rio Quatorze e o Assentamento Missões.

No início de suas atividades, havia poucos equipamentos, por isso compartilhavam os materiais da Escola Municipal Irmão Cirilo então a direção do colégio realizou pedidos de materiais junto com a FUNDEPAR.

Hoje o colégio conta com laboratório de informática laboratório de química e física e uma biblioteca, enquanto no passado havia apenas uma textoteca, disponível para as pesquisas. Contudo, a luta continua, pois constantemente busca-se pela formação de professores com estudos focados para a realidade da Educação do Campo.

Destaca-se que desde a primeira elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola foi construído junto com os professores e o conselho escolar, sempre estavam participando em quase todo o processo. Atualmente o Colégio Estadual do Campo Paulo Freire luta pela rearticulação da Educação do Campo e prima principalmente pelo projeto e os princípios da Educação do Campo.

A gestão do colégio se fundamenta nos princípios da gestão democrática com a participação dos educandos e educandas junto com os educadores e a

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



comunidade escolar que fazem parte do processo é um colégio que não esquece o meio em que os alunos vivem em seus conhecimentos e formas de viver a realidade dos alunos trabalhando sempre com os conhecimentos científicos, relacionados com a realidade deles ponto um colégio que forma opiniões.

Para tanto, sabe-se que é importante conhecer as Políticas Educacionais que orientam a construção e viabilidade da Educação do Campo, a exemplo das Políticas Educacionais Neoliberais.

## Políticas Educacionais Neoliberais e Educação do Campo

Sabe-se que as políticas públicas são de suma importância para defender os processos públicos, no entanto, mesmo com a garantia em lei, muitas não se aplicam na realidade. De acordo com Leher e Motta (2012) o neoliberalismo surgiu apenas em 1945 e usa-se para afirmar ser a liberdade do indivíduo de forma a alcançar a prosperidade e o progresso.

Para compreender o significado das políticas educacionais neoliberais, em contrapelo às iniciativas dos trabalhadores rurais em prol caráter público da Educação do Campo, destaca-se inicialmente que realmente o neoliberalismo está presente e consolidado, pois as políticas educacionais dependem das características de grupos diversos e não apenas das condições históricas do momento.

A educação, tendo grupos hegemônicos, tem assumido o papel de formar cidadãos críticos, capazes de ir para o mundo em que vivem, a exemplo da principal medida tomada pelo governo Lula da Silva que foi, o Plano de Desenvolvimento Educacional, o qual tem parceria público-privada, o que põe em destaque “Todos Pela Educação” tendo parceria com empresas públicas e privadas.

Esse movimento tem avançado na política educacional chegando ao plano normativo mais geral, às medidas que abrangem as leis maiores como a Constituição Federal, o ensino livre à iniciativa privada, os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo abranger escolas comunitárias e

filantrópicas. No entanto, sabe-se que o mercado da educação não é infinito, pois o Ensino Médio alcança apenas metade dos jovens na idade própria entre 15 a 17 anos.

A expansão com um subsídio ao estudante do ensino superior, trata-se de um subsídio do setor privado, cada vez mais articulada ao programa Universidade para “Todos ProUni” o que subsidiará a juros inferiores o custeio na linha do Estado. O Financiamento Estudantil (FIES) teve uma execução de 685,5 milhões em 2007, entre 2008 a 2011, como meta do FIES atinge a 700 mil beneficiários e teve um aumento de 50% de novos contratos de 2007.

No final do governo Fernando Henrique Cardoso, o FIES possuía 200 mil contratos, a lei 11552 de 2007 possibilitou 100% de financiamento para estudantes que são bolsistas parciais do ProUni, inclusive bolsas complementares de 25% oferecidas pela IES.

No governo Lula, em maio de 2010, o MEC ampliou ainda mais esse programa por meio do FIES. Entre as principais medidas de ampliação cabe citar a redução da taxa de juros pela metade, de 6,5% para 3,4% ao ano, pondo o prolongamento de 9,5 anos para 14,5 e a instituição de mensalidades fixas. Independente da inflação e da taxa de juros real. A expectativa era investir 1,6 bilhão para subsidiar as 200 mil novas matrículas. A compreensão da mercantilização da educação superior e agora também da educação tecnológica surgiu o Pronatec que amplia o ProUni e o FIES para educação tecnológica de fundindo esses programas pelas campanhas do MEC.

## **Pedagogia de Alternância**

A pedagogia da alternância possui inúmeras faces e possibilidades de aplicação. Ela foi criada por volta de 1935, por camponeses da França, com o objetivo de garantir educação aos jovens do campo, sem precisar perder o vínculo com a roça. Nesse contexto, a alternância, incorporada no projeto das Escolas

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



Família Agrícola (EFA), foi uma saída encontrada para intercalar momentos de atividade escolar com períodos de prática no campo, processo em que jovens viviam um intercâmbio de experiências em ambientes distintos, um teórico e outro prático.

Da França, a proposta, inicialmente ligada à Igreja Católica, se espalhou pelo mundo e foi implementada no Brasil pela primeira vez no Espírito Santo, em 1969, local onde surgiram as primeiras três EFAs do país.

É o que explica Fernanda Ferreira dos Santos, pesquisadora e coordenadora da Escola Família Agrícola (EFA) Nova Esperança, no município de Taiobeiras, norte de Minas Gerais. “É uma experiência pedagógica direcionada aos jovens da área rural, buscando a profissionalização, a partir de uma educação voltada para práticas agrícolas e por meio de uma gestão local comunitária, pensada pelos próprios agricultores”, afirma.

O objetivo do formato, segundo a coordenadora, é trabalhar a educação conforme a realidade local dos alunos, superando os desafios das áreas onde estão inseridos. A pedagogia da alternância é um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar.

A autora do livro: “A Educação Rural no Brasil”, Claudia Souza Passador, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), defende o uso em larga escala da Alternância, pois entende que ela valoriza o trabalho no campo.

A maioria das escolas estigmatiza o agricultor. As crianças são levadas a pensar que trabalhar na roça é para quem não tem estudo. Um erro. O conhecimento é útil em todas as áreas. O Brasil, especialmente, precisa de pessoas bem formadas para esse setor porque 80% dos municípios têm uma economia essencialmente rural (PASSADOR, apud RODRIGUES 2009).



Diante do exposto, percebemos a vida no campo também ensina. Esse é o preceito básico da Pedagogia de Alternância, proposta usada em áreas rurais para mesclar períodos em regime de internato na escola com outros em casa.

De acordo com as vivências dos profissionais neste projeto, sabe-se que os educandos estão em alternância em sua Unidade de Produção Familiar (UPF), devem realizar as tarefas enviadas e supervisionadas pelos monitores. Quando retornam para o Colégio trazem consigo relatórios sobre tais atividades, para construir um texto coletivo entre as turmas, apresentando os resultados vivenciados em sua UPF.

Desta maneira, a Pedagogia da Alternância poderia ser uma boa opção para adequar a vida no Campo com a vida escolar, no entanto, para isso, se faz necessário que as Secretarias de Educação criem esta possibilidade e se possa adequar o Projeto Político-Pedagógico da escola de forma autônoma, adequando as possibilidades de trabalho dos profissionais e educandos.

## Considerações finais

Destaca-se que a Educação do Campo ainda é um espaço que necessita de muito engajamento e luta pela garantia de seus direitos aplicados, visto que as Políticas Públicas existem, mas por vezes podem ser vítimas de artimanhas que não colaboram com o processo de ensino adequado a realidade do campo, visto que o sistema educacional não dá a devida atenção para a organização do processo de educação do campo, enquanto busca generalizar para a educação geral.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política de educação do campo e o programa nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. 05 nov. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)>. Acesso em: 2 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12992&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992&Itemid=866)>. Acesso em: 2 abr. 2019.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GHEDINI, C. M. **A Produção da Educação do Campo no Brasil:** das referências históricas à institucionalização. Jundiaí: Paco Editorial: 2017.

## AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: REFLEXÕES A PARTIR DO GRUPO DE ESTUDOS NO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PAULO FREIRE

**COORDENADOR:** Carlos Narciso Bridi

**RELATORA:** Rosane Berté

71

### Nome dos participantes do grupo:

Carlos Narciso Bridi, Claudiney de Oliveira, Daniela Klipstein Schnobli  
Ligia Dallazen, Marcia Eduarda Kielba, Regiane Maria Kielba, Rosane  
Berté, Simone Galvão

Local onde foi realizado o grupo: Colégio Estadual do Campo Paulo Freire

Município: Francisco Beltrão

Estado: PR

### Resumo

O presente relatório trata das reflexões e práticas realizadas no e a partir do grupo de estudos “Agroecologia nas escolas públicas do campo” realizado em parceria com a REFOCAR – Unioeste no Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, localizado no Assentamento Missões. Discute o processo histórico de criação do assentamento, a luta pela terra. Investiga e reflete as articulações entre Agroecologia e a comunidade desde iniciativas primeiras até as articulações com a escola. Defende uma proposta que integre agroecologia e Educação do Campo na escola, de maneira a articular práticas e conhecimento teórico, a fim de construir uma proposta formativo-educativa que possa fornecer subsídios para o desenvolvimento de práticas agroecológicas que incidam na melhoria da qualidade de vida das famílias camponesas.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



**Palavras-chave:** Educação do Campo, Agroecologia, Escola do Campo

## Introdução

A história da formação do Colégio Estadual do Campo Paulo Freire inicia pela luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) juntamente com as comunidades rurais vizinhas. A realidade socioeconômica das famílias mostra a importância do Colégio. A Educação no Assentamento Missões assume o papel de transformação social, cooperação e transformação humana.

A busca por uma escola que estivesse pautada na realidade e vinculada aos princípios pedagógicos de uma “Educação para o trabalho e pelo trabalho”, levou ao desenvolvimento de um projeto de extensão, em 2015: Processo de Rearticulação da Escola do Campo na Modalidade da Educação do Campo. Assim, orientado pela Unioeste, o Colégio do Campo Paulo Freire busca modificar a forma e o conteúdo de suas relações com o processo educativo.

Este processo proporcionou a identificação e o reconhecimento dos sujeitos da escola com a identidade do campo. A escola caminha na direção da construção de práticas que visam resgatar os princípios da agroecologia e do desenvolvimento de ações que investiguem a realidade a luz da ciência e modifiquem a relação de destruição da natureza e de exploração de uma agricultura, por uma prática de abusivo uso de agroquímicos e agrotóxicos.

Os entraves colocados pelo capital sobre a dinâmica produtiva agrícola, fez com que boa parte das práticas agroecológicas fossem suprimidas. O grande desafio que se coloca para a escola é como trabalhar e resgatar ações que visem incidir sobre a lógica formativo-educativa de resistência e de enfrentamento a agricultura industrial.

Neste sentido, pela dinâmica interna de trabalho, a escola, em 2016, realiza uma primeira Festa das Sementes Crioulas envolvendo as famílias e todos os alunos do Colégio Paulo Freire e da Escola Municipal Irmão Cirilo estabelecendo

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**





uma dinâmica de trabalho coletivo e contínuo. A festa é realizada todos os anos e desde 2017 é integrada à Varanda de Partilha, espaço de encontro e partilha de alimentos e conhecimentos e de estreitamento de vínculos com as famílias.

Ao mesmo tempo, foram sendo gestadas práticas com a horta da escola, com o plantio de chás e mudas de hortaliças e experiências com compostagem. Essas práticas foram ganhando corpo, sendo destacada a necessidade de acompanhamento técnico e parcerias que estão sendo estabelecidas com a Assesoar – Francisco Beltrão. Assim, materializa-se um projeto de horta e outro de Agrofloresta. A horta próxima do Colégio e a área escolhida para desenvolver a experiência de uma Agrofloresta, fica às margens do açude, o ponto comum da comunidade.

## **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: POSSE, PROPRIEDADE E USO DA TERRA**

Ao discutir a respeito da educação do campo e a agroecologia, percebemos a necessidade de compreender algumas características da questão agrária no Brasil: como se organiza a posse, a propriedade e o uso da terra.

Desde os primeiros habitantes até por volta dos anos 1500, podemos afirmar que os povos que viviam onde hoje é o Brasil, se organizavam num modo de produção do comunismo primitivo, ou seja, viviam em agrupamentos sociais, dedicando-se à caça, à pesca e à extração de frutas, já que dominavam parcialmente a agricultura. Isso possibilitado por uma natureza rica em fornecer esses alimentos, entretanto, algumas plantas eram domesticadas, exemplo disso, podemos citar: a mandioca, a banana, o amendoim, algumas frutas silvestres e o milho (originário da América Andina e América Central). Neste período destaca-se a interessante prática de intercâmbios entre as tribos, motivada pelo cultivo do milho, originário de regiões distantes dos povos que habitavam as terras onde hoje é o Brasil.

Podemos destacar também que o conceito de propriedade, no sentido dos dias de hoje, não era praticado por esses povos. Pode até nos parecer estranho atualmente, mas todos os bens da natureza existentes eram de uso coletivo, para atender as necessidades de sobrevivência do grupo.

Outra realidade passa a organizar a questão da terra no Brasil a partir dos anos 1500, que se estende até por metade dos anos 1800. As mudanças se caracterizam pela chegada de europeus, principalmente portugueses ao território até então povoado por nativos.

Os bens da natureza que antes eram de uso coletivo, passam a ter outro sentido, financiados pelo capitalismo comercial europeu, que se apoderaram do território através da força militar e econômica, impondo as vontades da coroa portuguesa. Esse processo de invasão, foi marcado pela tática da cooptação e da repressão, dominando o território, submetendo os nativos ao seu modo de produção e as suas culturas.

O modelo adotado nesse período foi o que chamamos hoje de *plantation*, ou plantagem para quem prefere aporuguesar o termo. Indiferente da forma de falar ou escrever, o seu conceito esta relacionado à produção agrícola em grandes fazendas, conhecido também como latifúndios, com a prática da monocultura, caracterizada pela plantação de um único produto, destinado à exportação com emprego da mão de obra escravizada.

A partir de 1850 até os anos 30 do século XX, houveram profundas mudanças ao que se refere ao uso e a posse da terra. Em 1850, já havia uma forte pressão, principalmente da Inglaterra para substituir a mão de obra escravizada pelo trabalho assalariado aqui no Brasil, reforçando ainda mais o contexto de luta dos escravizados, que buscavam sua liberdade e uma nova forma de organização da vida e do trabalho.

Esse contexto de pré abolição, já percebido pelas elites brasileiras, faz com que as mesmas se organizassem para a criação da Lei de Terras, pensando justamente numa forma para que os escravizados não se apossassem das terras. A

Lei nº 601, de 1850, caracterizou de forma legal a implantação da propriedade privada das terras, ou seja, um bem da natureza transformado em mercadoria, passando a ter preço (lei do latifúndio).

Grande parte da mão de obra escravizada foi substituída por camponeses pobres da Itália, Alemanha, Espanha entre outros países. Os que foram para o sul do país, receberam lotes de terras de aproximadamente 25 a 50 hectares, outra parte foi para São Paulo e Rio de Janeiro que sem receber terras foram obrigados a trabalhar nas fazendas de café.

Diante desse histórico podemos perceber que durante todo esse período não houve um processo de democratização da terra seguindo até os dias de hoje. Pelo contrário, o processo de democratização foi sufocado pelas práticas do capitalismo no campo que nunca foram ao encontro do fortalecimento do campesinato.

Apesar desse histórico da questão agrária no Brasil, identificamos muitos movimentos de luta pela terra, de resistência, que sempre estiveram na defesa para que o campo também fosse um espaço para aqueles que não faziam parte das oligarquias rurais. Dessa resistência poderíamos citar muitos exemplos, desde os nativos, escravizados, migrantes, imigrantes camponeses e sem terras.

Compreendemos que a permanência do camponês na terra, sempre fez parte de um contexto de lutas, não sendo diferente na região sudoeste do Paraná, nem no Assentamento Missões. A terra sempre foi algo de interesse dos ricos e continua sendo. Nesse sentido, as discussões giraram em torno da busca de alternativas contrárias às lógicas que foram sendo impostas ao longo da história e permitiu que refletíssemos: Vamos replicar nas nossas unidades de produção o modelo imposto pelo capitalismo, ou um modelo alternativo e rico em condições adequadas para o camponês produzir e permanecer na terra?

## A AGROECOLOGIA NO CONTEXTO DA LÓGICA CAPITALISTA

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



Caldart (s.d.) inicia o debate acerca dos processos agrícolas pontuando que esses estão produzindo doenças, uma vez que a lógica do capitalismo está cada vez mais presente. Ao contrário de produzirmos comida, a prática ancora-se na produção de *commodities*. É o grande império da soja, do milho e da transgenia que se alastra invadindo os alimentos que consumimos nas prateleiras dos supermercados.

A agroecologia, em contrapartida, alia a ciência e a prática dos agricultores. A ciência só avançou nos conhecimentos das práticas agroecológicas porque considerou a prática dos agricultores. Os agricultores, portanto, são os grandes cientistas, aqueles que produzem há milhares de anos e que conhecem os sistemas de produção melhor do que ninguém.

Se buscarmos na história da humanidade, os povos pré-colombianos: incas, maias e astecas realizavam as primeiras seleções de sementes há milhares de anos e foram capazes de criar espécies de qualidade, com alta produtividade e que, hoje lutamos para manter vivas em muitas das práticas que visam resgatar a semente crioula e a prática agroecológica. A compreensão da prática agroecológica passa pela compreensão do conceito de agroecologia que por sua vez:

[...] foi definida por Altieri (1989), na primeira publicação mais sistemática sobre o tema, como as bases científicas para uma agricultura alternativa. Como ciência, a agroecologia emerge de uma busca por superar o conhecimento fragmentário, compartimentalizado, cartesiano, em favor de uma abordagem integrada. Seu conhecimento se constitui, mediante a interação entre diferentes disciplinas, para compreender o funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo, na análise dos diferentes processos que intervêm na atividade agrícola (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 62).

Nos dias atuais, de acordo com Caldart (s.d., p. 2) a agroecologia “[...] representa a base científica da construção de uma lógica de agricultura que confronta a agricultura industrial capitalista [...]”, ao mesmo tempo que, “[...]



fundamenta um modo de agricultura que seja ao mesmo tempo produtiva, ecologicamente equilibrada, conservando a biodiversidade, que seja socialmente justa, economicamente viável e culturalmente adequada.” Com base nesses pressupostos, a agroecologia representa um projeto de luta “[...] que articula produção agrícola de base ecológica, com o princípio de soberania alimentar [...], com a socialização da propriedade da terra e com formas de trabalho associado.”

Nesta direção, o camponês tem o poder de produzir com a agroecologia, e de garantir a produtividade indo contra a ideia propagada de que a produção em grande escala só dá ou garante na e pela agricultura convencional, a base de insumos e agrotóxicos<sup>2</sup>. Experiências como a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Rio Grande do Sul caminham na contramão da produção da agricultura convencional ao se tornarem, de acordo com o Irga (Instituto Riograndense do Arroz), o maior produtor de arroz da América Latina. A colheita da safra 2019/2020 está em andamento<sup>3</sup>.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de pensar as vantagens da agroecologia, pois sempre há o interesse do agricultor em saber qual será a rentabilidade. O processo de transição da prática convencional para a prática

---

2 Importante resgatar que o uso do agrotóxico é muito mais recente do que a prática sem agrotóxicos. No Brasil, 7 milhões de pessoas passam fome todos os dias. Assim, o que se produz no Brasil, em larga escala, pela agricultura convencional não está garantindo a superação desses índices.

3 Informações do Grupo Gestor do Arroz Agroecológico, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mostram que a produção abrange 14 assentamentos da Reforma Agrária situados em 11 municípios gaúchos. A estimativa é colher mais de 300 mil sacas do alimento, numa área total de 3.215 hectares. O cultivo, que ocorre em sistema pré-germinado, é de 364 famílias. Esses dados colocam o MST na posição de maior produtor de arroz orgânico da América Latina, conforme o Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga). A colheita iniciou em Viamão, no lote de André Oliveira da Luz e Neusa Amador da Luz, onde há 12 hectares de lavoura destinados ao plantio de arroz orgânico. A estimativa do casal é colher 1.000 sacas no local. De acordo com o Grupo Gestor, a região Metropolitana produz a maior parte do arroz livre de agrotóxico do MST. O Assentamento Filhos de Sepé tem a maior área plantada – 1.150 hectares – e 124 famílias envolvidas. Segundo o assentado Osmar Moura, que acompanha a colheita no município, a estimativa de lá é colher 100 mil sacas. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/02/25/mst-inicia-tradicional-colheita-do-arroz-organico-no-rs/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

agroecológica também é um entrave, uma vez que demanda assistência técnica que compreenda a lógica e ainda ofereça subsídios para o escoamento da produção.

A prática da agroecologia, portanto, demanda um processo que vai se inserindo aos poucos na propriedade, proporcionando uma nova visão para o campo, uma nova proposta de campo que articule justiça social, reforma agrária popular, soberania alimentar e emancipação humana.

Compreende-se que a contraposição à lógica do capital em termos de número é perversa, uma vez que a prática agroecológica prioriza o lazer, a qualidade de vida, o tempo, a alimentação saudável, ao contrário da lógica capitalista.

Nesta direção, o MST passou a discutir a reforma agrária popular no sentido de uma produção de qualidade, agroecologia, acesso ao crédito e benfeitorias. Dentro dessa dinâmica, permite a mudança, a alteração no modo de produção do campo, porque depende inclusive de uma política até mesmo de inserção do que é produzido no mercado de trabalho. Um exemplo desses projetos que estão próximos da nossa realidade são os produtos da Agricultura Familiar que são distribuídos para a merenda escolar e o Leite das Crianças.

Em debate recente, o governo do estado do Paraná indicou que o estado será o lugar de maior produção de alimentos; estima-se, portanto, que deverão ser investidos recursos para a produção no campo.

No que concerne, a política da proposta de apropriação das terras do MST está sendo fiscalizada pelo INCRA. O assentado precisa estar na terra. No caso do Assentamento Missões muitos não são assentados da primeira etapa, mas a comunidade tem uma organização de aceitação da família que está assentada, ou que passa a ser assentada, que é registrada em ata.

A produção na perspectiva agroecológica e a permanência do assentado na terra passam pela lógica do pertencimento. No Brasil, 20% das pessoas não conseguem se adequar ao espaço onde vivem. Na Geografia, discutem-se as relações afetivas com o lugar. Ex: ganhou um novo lugar, um novo espaço, mas não se adequa a ele.

A luta pela terra nasce num processo de contradição. Sempre há uma discussão nos momentos de crise, as próprias universidades terão que se reorganizar diante do corte de verbas. As escolas do campo agiram no sentido de pensar práticas que se contrapõem-se à lógica dominante. Se inserir numa prática agroecológica é nadar contra a maré, é ir contra a lógica hegemônica. As práticas agroecológicas começam com pequenas ações: guardar a semente crioula, por exemplo.

O processo de desenvolvimento da agroecologia que se dá no Brasil acontece ao mesmo tempo da modernização do capitalismo no campo. É claro que a tecnologia não deve ser deixada de lado. O que é inovador é a agroecologia porque é um sistema complexo que exige conhecimento.

A contraposição reside na seguinte questão: os países que não tem uma industrialização tão desenvolvida, se especializam nas produções de ordem primária, sendo o preço tabelado pela ordem externa, tem peso direto com a bolsa de valores. A soja é um dos exemplos. Se a soja estivesse no domínio dos trabalhadores a lógica produtiva seria outra.

No caso do leite, por exemplo. Se os trabalhadores do campo conseguissem quebrar a hegemonia do leite, da Nestlé e passassem a industrializar o produto por meio de uma cooperativa seria um ganho muito alto. Dar-se-ia um controle sobre o que é produzido. Um exemplo disso é a linha de produtos Terra Viva<sup>4</sup> que nasce de uma proposta de industrialização da produção dos Assentamentos da Reforma

4 A proprietária da marca é a Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina - CCA/SC entidade está com representação política e jurídica de todas as 13 cooperativas e associações a ela filiadas. Nossa história começou em 1996, quando as agroindústrias se organizaram para industrializar e comercializar a produção dos Assentamentos da Reforma Agrária em Santa Catarina. Para unificar e representar todas as cooperativas, associações e famílias trabalhadoras, surgiu a necessidade de criar uma única marca que carregasse dois nomes fortes: a Terra e a Vida. E assim surge a marca Terra Viva Produtos da Reforma Agrária. A marca utiliza como cores padrão o verde para simbolizar o respeito pela natureza, o azul para representar a ligação com a água, e a cor vermelha que significa a luta das famílias assentadas para fazer valer seus direitos e necessidades, principalmente em relação à terra. Os dois pinheiros são símbolos do cooperativismo a nível mundial e refletem a força e resistência dos associados. E o símbolo externo – a engrenagem -representa o funcionamento do cooperativismo e sua interdependência entre as pessoas. Disponível em: <http://www.terravivasc.com.br/site/institucional>. Acesso em: 11 dez. 2019.

Agrária de Santa Catarina e tem como objetivo valorizar a produção de alimentos, a terra e a vida e fortalecer o cooperativismo.

Iniciativas como essa demonstram as possibilidades do trabalho cooperativo e discutimos que é necessária a consciência de grupo, o senso de coletividade para que o trabalho se efetive. A cooperativa pode se concretizar na lógica de expansão do negócio como o seguinte exemplo de cooperativa (vários setores em 480 hectares) aliado a um trabalho na dinâmica da lógica: mensal, trimestral, semestral e anual; ainda temos muitos agricultores que trabalham com uma prática de autoconsumo na unidade de produção (tempo para plantio, para cozinhar, para estudar) produz um pouco de tudo e assim mantém o ciclo e a rentabilidade da propriedade.

No seu surgimento o Assentamento Missões realizava algumas práticas agroecológicas (cultivo de alimentos e plantas medicinais) que foram sendo substituídas pela prática convencional ao longo do tempo.

A identidade da escola e o trabalho de rearticulação da modalidade que vem sendo realizado desde 2015, conforme citado anteriormente, indica a necessidade da escola criar um movimento também nessa direção, que poderia ser pela retomada da horta escolar. Destacou-se a importância de trabalhar a unidade teoria e prática e que, ao falar com os alunos sobre a produção da horta, eles pudessem se pronunciar e dessem sugestões do que e do como fazer. De certa forma, o movimento já foi criado pelo processo em curso, mas cabe ainda fortalecê-lo a fim de construir uma proposta a nível de currículo em Agroecologia como defende Ribeiro (2017).

Pensar uma proposta de escola com currículo em agroecologia demanda organização curricular, concepção de escola e de educação. A educação como um compromisso ético e político relacionado ao mundo que vivemos; uma escola humanizadora; “escola que humaniza quem dela faz parte!”

## AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO MOVIMENTO DA ESCOLA DO CAMPO

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**





No que se refere a articulação entre escola do campo e agroecologia pode ser pensada, conforme aponta Caldart (s.d.) a partir de quatro dimensões: vocação humanista das escolas, natureza ética, ordem política, educativa, natureza epistemológica e pedagógica.

A vocação humanista das escolas encontra relação com a agroecologia porque esta estuda e defende a vida a partir da fundamentação de uma prática de agricultura em favor da vida. É de direito dos alunos conhecer a agroecologia e sua defesa.

E, se formos um pouco mais ousados, e movidos por uma visão mais ampla dos direitos formativos de nossos estudantes, o fio a desenrolar a propósito da agroecologia, é a redefinição dos conteúdos e da forma de estudo sobre a natureza: anos e anos de estudos escolares das “ciências da natureza” e pouco conseguimos entender sobre o que é a natureza, como funcionam seus ciclos e relações, como acontece o metabolismo entre natureza e ser humano, como se produz saúde. Isto precisa mudar com urgência: pelo bem da vida! (CALDART, s.d., p. 6)

A natureza ética se insere no compromisso de produzir alimentos de qualidade para atender a demanda populacional, compromisso com a vida e com a saúde de todos. Esse compromisso deve ser assumido, compreendido e trabalhado pelo professor no dia a dia da escola.

A política está voltada a própria vontade política, embate e discussão das questões que se referem à agroecologia. O camponês muitas vezes quer reproduzir a lógica do latifúndio e o sistema faz com que ele se sinta dessa forma, mas é preciso se questionar em que medida é viável se expor aos malefícios (saúde, qualidade da produção, estabilidade econômica) desse ritmo de produção. A dimensão política é formativa e pode ser organizada a fim de pensar em ações dentro da escola que construam essa formação para atuar no âmbito da agroecologia: cursos técnicos, projetos formativos de extensão.

A dimensão educativa e também de fundo é aquela que visa transformar o conteúdo e a forma escolar tendo a relação entre escola, trabalho e produção como pilar essencial do projeto educativo. “Entendemos que a agroecologia, tomada como objeto de estudo e de atividade produtiva, permite desenvolver esta relação com uma potencialidade formativa superior” (CALDART, s.d., p. 6).

E, por último a razão de natureza epistemológica e pedagógica e está relacionada ao trabalho com o conhecimento, reforça a dimensão formativa anterior e objetiva “[...] trabalhar com uma concepção de conhecimento que ajude na compreensão sobre como se produzem os fenômenos da natureza e as relações sociais, como a realidade se movimenta e se transforma” (CALDART, s.d. p. 7) e com vistas a superação da visão fragmentada do conhecimento presente num organização curricular que separa disciplinas e fragmenta conteúdos e opera contra a concepção dialética da realidade que pretende analisar e compreender o conhecimento em movimento.

A partir das razões apontadas por Caldart (s.d.) nosso trabalho com a escola do campo pretende envolver além dos educadores e alunos, toda a comunidade escolar e as propriedades das famílias dos alunos. Para isto, a organização dos conteúdos escolares precisa ser planejada a partir da perspectiva interdisciplinar e com base na realidade social para que os alunos identifiquem os conhecimentos científicos presentes na relação com o trabalho e assim, compreendam o mundo que os cerca. Isso porque,

Entende-se que a Agroecologia precisa ir além dos seus conteúdos específicos, pois deverá contribuir na construção da identidade dos alunos sem perder de vista o contexto social em que estão inseridos; ou seja, a discussão sobre a Agroecologia requer uma análise das questões ambientais, políticas, sociais e culturais em que a comunidade se insere (RIBEIRO, 2017, p. 32)

## Considerações finais

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



O percurso histórico do Assentamento Missões e das comunidades ao entorno da escola e que são atendidas por ela mostram que muitas mudanças foram sendo operadas ao longo desses anos. Mudanças nos modos de produzir, introdução da maquinaria agrícola e da tecnologia, próprias de uma lógica capitalista que vai sendo gestada e articulada de tal forma que dificulta outras iniciativas. Por outro lado, está presente uma concepção de mudança que preze pela qualidade de vida, pela produção de alimentos saudáveis. O que falta são suportes necessários para que esta prática aconteça.

Compreendemos que na contramão das dinâmicas do capital estão as práticas escolares que vem sendo gestadas desde que a escola surge no assentamento e, aos poucos, pela luta e pela coragem vai se construindo desde a sua estrutura física, grupo de profissionais da educação, participação das famílias na gestão da escola de maneira que se constitua um projeto de escola.

É claro que tal projeto encontra seus entraves. Estamos vivendo um momento político e econômico extremamente opressor para as minorias e para as escolas do campo não está sendo diferente. Compreendemos que o caminho é buscar conhecimento e nesse sentido a escola, contando com os movimentos e as bases já construídas, pode tanto resgatar saberes e práticas gestadas ao longo da sua história, quanto organizar e construir novos campos de estudos e produção do conhecimento.

Dentro da movimentação realizada pela escola, ao findar o ano letivo, foram possíveis algumas ações concretas: definição do espaço para construção da horta, estudo, cálculo e construção de planta baixa da horta pelos alunos, estabelecimento de parceria técnica com a Assesoar para desenvolvimento dos trabalhos com a horta e com a Agrofloresta. Dessas ações podemos avaliar que há um interesse e um protagonismo dos alunos no sentido de inserir-se nas práticas sugerindo, atuando e produzindo de acordo com o planejamento das atividades realizadas pelos professores. Da mesma forma, há o interesse de continuar organizando e realizando as atividades. No mesmo caminho, há também o empenho e o trabalho dos

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



professores que buscam planejar as ações, sempre tendo como base e horizonte o conhecimento científico.

Compreendemos que o processo formativo em curso, engendrado desde a escola, universidade e entidades parceiras produz movimentações que alteram a dinâmica da escola e incidem sobre a prática cotidiana dos alunos em suas residências, provocando alterações. Destacamos que nesse processo sempre é priorizado o estudo e a formação alternado as práticas de maneira a fornecer os subsídios necessários para a concretude do trabalho em curso.

## REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Escolas do Campo e Agroecologia:** uma agenda de trabalho com a vida e pela vida! Disponível em: [https://docit.tips/download/escolas-do-campo-e-agroecologia-roseli-fev16-1\\_pdf](https://docit.tips/download/escolas-do-campo-e-agroecologia-roseli-fev16-1_pdf).

Acesso em: 20 abri. 2019.

RIBEIRO, Dionara Soares et al. (org.). **Agroecologia na educação básica:** questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.



## QUESTÕES INTRODUTÓRIAS PARA COMPREENDER A EDUCAÇÃO DO CAMPO

**COORDENADOR:** Wagno Antonio da Silva

**RELATORA:** Jane Giacomelli Parzianello

85

### **Nome dos Participantes do grupo:**

Aline Barro, Celia Balas Morcelli, Jane Giacomelli Parzianello, Irene Zakaluk de Almeida, Vandecleia Aparecida Ribeiro Soares, Marino Trindade, Wagno Antonio da Silva

Local onde foi realizado o grupo: Dependências do Colégio Estadual do Campo de Vista Alegre - EFM      Município: Enéas Marques      Estado: Paraná

### **Resumo**

A Educação do Campo é fundamentada sobre esforços, trabalhos e estudos de diversas organizações constituídos através de um processo histórico e que tem nos movimentos sociais a sustentação para viabilizar as ações pedagógicas específicas através da oficialização e reconhecimento com legitimidade através do registro legal. A legislação, além do amparo jurídico, apoio financeiro e outras atribuições é importante porque retrata os anseios do povo, no entanto, não há garantias da sua aplicabilidade, senão pelo acompanhamento da sociedade civil organizada.

**Palavras-chave:** Educação do Campo; Movimentos Sociais; Legislação.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



## Introdução

A Educação do Campo é uma construção que se mostra necessária e urgente, tem características próprias e se constitui historicamente através de muito trabalho, estudos, pesquisas e lutas. Ancorada nos movimentos sociais, por compreender que sua grandiosidade está justamente nos sujeitos que a constitui, admite que é um processo construtivo e colaborativo de dimensão empírica com produção e apropriação o conhecimento.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender os conceitos de Educação Rural e Educação do Campo, bem como a importância dessa diferenciação para uma significativa mudança para a produção de conhecimento no campo.

As legislações, é uma forma de legalizar ou legitimar o que foi historicamente produzido, o registro formal da aceitação de direitos, a garantia de apoio e renda para colocar o projeto em prática e assim como políticas públicas instituí-las. No entanto, a promulgação de leis, não garantem sua aplicabilidade, por isso a sociedade deve conhecer, estudar e reivindicar o seu cumprimento, tal atitude exige representatividade e liderança por isso é importante as organizações e movimentos sociais. Ainda assim, pelo histórico da constituição da sociedade no Brasil, manter a hegemonia aristocrata e sustentar um regime que favorece o latifúndio e serve ao capital, é caro e a educação neste cenário, é moeda de troca barata são necessárias políticas interventivas, então as políticas neoliberais são impostas em todas as áreas educacionais numa tentativa desesperada de sustentação da burguesia no poder.

Nesse cenário de tantas perdas e negações, a Educação do Campo passa a ser modalidade, é aceita e assumida, no entanto na prática

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



apresenta muitas contradições entre o que está escrito e o que se faz, mostra suas fragilidades e busca (re) significar-se num constante processo de ações, movimentações e contraposições ao sistema ao mesmo tempo que luta pela qualidade e criticidade na produção do conhecimento no campo.

## Educação Rural e Educação do Campo

Refletir sobre uma realidade que apresenta particularidades caracterizada por uma história de lutas por políticas públicas em economia, política, cultura e educação exige conhecimento, respeito e posicionamento, por isso é primordial que antes do estudo proposto, o participante tenha clareza sobre a concepção de educação rural e educação do campo. Essa definição faz-se necessário para não correr o risco de assumir uma visão simplista e distorcida dos fatos disseminadas por órgãos midiáticos que tendem, por inúmeros motivos, atribuir conquistas apenas à concretização de um projeto de lei, desprezando toda e qualquer organização popular, seus movimentos e resistências que se mobilizaram para garantir o que lhes deveria ser de direito, provando que o que pedem além de ser necessário tem fundamentação, ou seja, construção histórica baseada em fatos e devidamente documentada.

Para diferenciar educação rural de educação do campo, antes de tudo, é preciso lembrar que historicamente a legitimação e legalização do uso do solo, bem como sua distribuição é marcada por muitos conflitos e contradições. Levando em conta que a palavra homem tem sua derivação na palavra húmus, que significa terra e na sua existência, a cultura humana tem seu nascimento relacionado com as culturas agrícolas e no conjunto de textos sagrados do antigo e do novo testamento tem relatos

de movimentação de povos em busca de terra, assim como de disputas por ela e evidências da sua necessidade para a sobrevivência humana.

Numa rápida retrospectiva, já no período Neolítico, na transição do coletivismo para a noção de propriedade privada, é importante lembrar que todo o excesso de produção agrícola favoreceu o nascimento da figura do administrador, que fixava impostos e taxas, a fim de controlar todo o excedente. O que prova que essa prática não é recente. Assim é possível definir alguns modos de produção que historicamente favorecem ou não o ser humano e sua relação com a terra, dentre eles, o primitivo, asiático, escravista, feudal, capitalista e socialista. Em todos eles, houve confronto tanto pela conquista quanto pela manutenção do poder, e embora haviam civilizações mais avançadas quanto a tecnologia, estas também serviam para a conquista e avanço da expansão territorial de um povo ou sistema, ou seja, a riqueza também estava ligada a terra, desconectando alguns homens de sua própria definição pela perda de direitos e uso da terra.

Já no Brasil, a partir do século XV, as atividades agregadas às necessidades das metrópoles e manutenção do poderio português, usavam da terra para a produção de mercadorias que fossem viáveis aos mercados consumidores da Europa, sedimentado no trabalho escravo, no sistema de exploração colonial e tendo a grande propriedade territorial como forma de plantação de cana-de-açúcar e produzir açúcar. Esse início jamais foi superado comprometendo a estrutura fundiária brasileira, deixando uma amarga herança ao povo brasileiro, um modelo agrícola fundamentado na produção da monocultura nas grandes propriedades de terra- o latifúndio- destinando a produção ao mercado exterior, enquanto no mercado interno desfavorece a distribuição de emprego e renda e aumenta significativamente a pobreza.



Para os latifundiários, a terra é vista apenas como um bem pessoal (possibilidade de valorização e revenda) enquanto para os pequenos produtores, no entanto, a terra tem a função de produzir alimentos, além de gerar emprego e renda, isso explica o baixo índice de utilização da terra para fins agrícolas no país e a luta dos movimentos sociais ligados à questão fundiária. Aqui cabe uma consideração importante, pois muitas áreas ocupadas pelos trabalhadores sem-terra são de terras devolutas, ou seja, que pertencem ao domínio público, mas não são utilizadas. O que evidencia a urgência de uma reforma agrária no país, pois é questão de justiça social, de elevação de nível de vida do trabalhador rural, de valorização do trabalho humano, de prover as necessidades básicas do homem.

Sendo a educação um processo amplo e histórico de formação humana, tendo e promovendo sua efetivação em todos os momentos e lugares, a análise e compreensão desse contexto concretiza-se como um desafio, uma vez que tanto influencia quanto pode ser influenciada.

Para conceituar Educação Rural é necessário identificar o sujeito a quem ela é destinada, nesse caso, segundo Petty, Tombim e Vera, (1981, p.33): “[...] o destinatário da educação rural é a população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento”, sendo assim, como trabalham e residem nas zonas rurais, recebendo menores rendimentos, é importante haver uma escola na comunidade em que vivem, no entanto, é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é ofertada nas áreas urbanas, sem nenhuma tentativa de adequá-la as características dos camponeses ou de seus filhos, segundo os autores, distanciados dos seus valores culturais. Outra característica de educação rural apontada por João Bosco Pinto (1981) é a sua desvinculação da comunidade dos trabalhadores rurais que enviam seus filhos à escola.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



Para Fernandes(2008) e Caldart (2011), a educação rural não dialoga com os interesses e aspectos culturais do meio rural, que pode ser complementado com Claudia Moraes de Souza (2005) em “O lugar da política na educação rural e a representação do camponês analfabeto”, analisa as políticas educacionais rurais do início do século XX, período em que apesar dos avanços como a construção de escolas rurais, ou da institucionalização de programas educacionais, os mesmos tinham como principal interesse educar o homem do campo para trabalhar na cidade. Destaca-se, conforme Damasceno (2004) e Leite (1999) os interesses do capitalismo na educação, uma vez que os alunos das escolas rurais recebiam o mesmo ensino das escolas da cidade para que estivessem qualificados para pleitear vagas de trabalho urbano. Ribeiro (1978) citado por Damasceno (2004), chama atenção para a falta de investimentos na modalidade, que contribuíram para a conformidade da lógica inerente às políticas públicas de que o desenvolvimento das cidades forçaria o esquecimento natural do meio rural.

A expressão Educação do Campo surgiu no contexto da preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que foi realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Inicialmente como Educação Básica do Campo, passou a ser chamada apenas Educação do Campo depois das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília, Distrito Federal, de 26 a 29 de novembro de 2002, reafirmada em julho de 2004, na II Conferência Nacional, apesar da importância da expressão, é importante lembrar do trabalho das diversas entidades que desafiaram o país a levantar discussões sobre o tema e se mobilizaram para mudar o termo, que só foi possível após a organização por esta causa. Sendo assim, é pertinente usar as palavras de Williams, “sempre é difícil datar uma experiência datando um conceito, porém, quando aparece uma nova palavra - seja uma nova ou um novo sentido de

uma palavra já existente-, alcança-se uma etapa específica, a mais próxima possível de uma consciência de mudança” (2003, p.80).

Essa definição é fundamental para o conhecimento da historicidade das lutas em favor a educação do campo, para Caldart (2008), um conceito em construção, categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações, sobretudo a partir das possibilidades que ainda serão construídas historicamente indicadas por seus sujeitos, pelas transformações em curso, em práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação, segundo a autora. Portanto, a perspectiva de uma educação do campo está ligada a um projeto político e econômico, com desenvolvimento sustentável, a partir dos interesses e perspectivas locais e das pessoas que vivem na comunidade, seu vínculo com o trabalho, suas culturas e valores e suas organizações do trabalho produtivo, ou seja, sua identidade.

## **A importância da legislação educacional do campo de 2002 a 2010**

A importância da legislação é justamente para manter o registro das conquistas adquiridas através de muito empenho e dedicação da sociedade organizada e fazer cumpri-la, haja vista que no Brasil, o histórico de concentração de renda nas mãos de poucos, a desigualdade, a fome, a exploração, entre outros evidencia a contradição social e mantém o cenário de injustiças em diversas conjunturas. Nesse sentido, a legalização de clamores da sociedade via movimentos sociais organizados assume um papel crucial para fundamentar e concretizar ações que viabilizem o que é de direito do cidadão. A educação do campo compartilha das mesmas angústias das classes populares, pois atende

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



uma parcela da população que além de ser fruto de um processo político econômico excludente, sofre preconceito por defender a permanência dos alunos na terra, na comunidade, por acesso à tecnologia e ciência, pelo embate com multinacionais da área de remédios, insumos e defensivos agrícolas por assumir uma postura contra-hegemônica. Nessa construção da educação do campo, alguns documentos são essenciais para acompanhar e compreender importância dessa busca pela educação de qualidade para e no campo.

## RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº1/2002

Um conjunto de ações bastante significativo aconteceram de 2000 a 2010, na Resolução CNE/CEB nº1/2002 tem grande importância, pois marca o início de uma construção de um novo paradigma para a educação do meio rural, ou seja, específico para o campo, com princípios específicos ou eixos norteadores inerentes a educação do campo.

Nesta Resolução, algumas categorias que pautam o documento se contrapõem ao entendimento de educação rural, até então enrustado como uma verdade única e imutável. São eles:

- a) Universalização – no artigo 3º “garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico”.
- b) Diversidade – a categoria central da Educação do Campo é citada no art. 5º e no art. 13º:

Art. 5º- As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade [...], contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**





- c) Formação dos professores e organização curricular – destaca-se a necessidade de uma nova postura, diante da diversidade dos educandos e demais sujeitos que vivem no campo, por parte da escola.
- d) Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável – determina no art. 8º, inciso II, o “direcionamento das atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de desenvolvimento sustentável”.
- e) Gestão democrática e controle social – a participação, sob forma de organizações coletivas, do sujeito do campo efetivamente e da comunidade. Essa participação é recomendada não somente no cotidiano da escola do campo como nas definições políticas junto aos órgãos gestores.

## **PARECER CNE/CEB Nº1, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2006**

Este documento entre outras atribuições relata sobre os dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), além de cumprir o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional exige, relata que os períodos vivenciados nos centros educativos e no meio sócio-profissional (família/comunidade) são contabilizados como dias letivos e horas, ou seja, considerar as atividades desenvolvidas fora da sala de aula ou espaço escolar que são trabalhadas como práticas ou pesquisa, com auxílio de questionários que compõem o Plano de Estudos, como aula dada. Também discorre sobre conceito de Plano de Estudos, Plano Curricular e Plano de Formação, além de sua metodologia diferenciada, através de instrumentos pedagógicos baseados na especificidade da sua clientela. Este parecer, é muito valioso para a Educação do Campo, pois traz a possibilidade de metodologias adequadas ao campo, com

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



orientações pertinentes para que a escola institucionalize em seus documentos pedagógicos.

## RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº2, DE 28 ABRIL DE 2008

A celebração da Resolução CNE/CEB nº2, de 28 abril de 2008 se dá pelo aparecimento da denominação “ Educação do Campo” pela primeira vez num documento normativo.

Outra grande conquista nesse documento diz respeito as condições materiais de frequência à escola, ou seja, coibição do uso excessivo de transporte escolar para a cidade o que impacta no fechamento das escolas no campo. Nessa Resolução, há imposição de limites às distâncias a serem ou não percorridas com coerência a idade do estudante e usuário, tal ação, estimula a (re) criação de escolas locais. E, ainda acrescenta na categoria Universalização, a expressão “com qualidade”, ampliando a conquista e propondo um grande objetivo a Educação do Campo.

## DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre política de educação do campo e o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), este documento é um suporte para que os ideais de lutas continuem nos espaços próprios das organizações e movimentos sociais e também das esferas estatais, o que eleva o programa governamental à política pública além de reconhecer a importância das ações e movimentos sociais do campo para a educação escolar no âmbito da reforma agrária. Dentre as conquistas, o apoio financeiro e técnico e constar dentro do plano de educação diretrizes mais específicas em relação à educação do campo, com metas

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



de desenvolvimento e manutenção. Apesar da sua grandiosidade, a correlação deste Decreto com o Plano Nacional de Educação, o limita em algumas ações de efetivação, pois, passará a ter maior efeito somente com a vigência do PNE (Plano Nacional de Educação).

## **Políticas educacionais neoliberais e educação do campo**

A formação histórico-social brasileira expõe escandalosamente um cenário de desigualdade, exploração, negação, concentração de capital e riquezas para poucos latifundiários enquanto milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza absoluta. Essa violência das relações de classes, dissimula a evidência subliminar da classe dominante que evidencia e favorece a privatização, reproduzindo uma estrutura que produz e aumenta a desigualdade, enquanto estabelecem alianças para se manter no poder através de teorias hegemônicas num círculo constante e vicioso sustentado pela corrupção.

A dependência e permanência nesse complexo modelo de gestão, mantém o país atrasado e subdesenvolvido, subordinado aos grandes centros do capitalismo mundial e seus interesses. A educação também faz parte deste cenário doloroso, ela é o retrato não só da precariedade, mas também da falha e ineficiência do ensino, prova disso é o ensino médio, que mesmo sendo obrigatório, é marcado por ausências de qualidade científica, técnica e tecnológica indicando uma formação simplista voltada para o trabalho de fácil execução. Este projeto de atraso, do ponto de vista capitalista burguês, foi construído historicamente e está vinculado a reprodução da sociedade subordinada, impedindo por meio de vários mecanismos, a universalização do ensino básico (fundamental e médio) público, ou seja, a classe detentora do capital, sempre vai impor

limitações, impedindo o jovem pobre de concorrer ao trabalho complexo, porque não irá prepará-los no ensino médio.

Com algumas rupturas com o sistema e políticas públicas adotadas por alguns governantes, o aluno de escola pública conseguiu chegar a universidade, então a burguesia utilizou-se do endividamento externo para seus projetos secundarizando o desenvolvimento de pesquisa básica para o mercado interno.

Os períodos de democracia restrita, marcado por golpes militares no Brasil, somadas perfazem três décadas e mesmo com os avanços obtidos na área da educação, a prática educativa foi invadida por adesões e ajustes à política neoliberal, evidenciando reformas educacionais de cunho dominante que não geram mudanças essenciais na sociedade, não modificam a estrutura e não promovem o ensino acessível, mantendo a educação como um privilégio.

Na década de 1990, o ideário neoliberal, vinculados ao mercado e ao capital, são evidenciados como formuladores das reformas educativas e as efetiva com a manutenção dos interesses das classes e centros burgueses. Com a mudança de cenário causada pela ascensão ao poder de um operário como presidente do Brasil, as políticas distributivas através de programas e ações tentaram amenizar os impactos causados pela sociedade hegemônica num projeto contra - hegemônico, no entanto romper com políticas historicamente construídas requer uma profunda sintonia entre os movimentos populares e a classe trabalhadora, mudanças de hábitos e regimes colaborativos, além de capacidade analítica, planos, qualificações e afirmações, enfim muitas lutas para superar o próprio sistema capitalista, isso tudo dentro das contradições e inconciliáveis antagonismos estruturais, um processo que demandaria entre outras coisas, tempo.



Na realidade brasileira existem muitos trabalhos, experiências e processos educativos numa perspectiva mais democrática e distributiva, com elementos e práticas convincentes da emancipação humana através da educação, são projetos contra hegemônicos, colaborativos, participativos em regime de cooperação com movimentos sociais e universidades, muitos deles voltados a educação do campo.

## Educação do Campo e respeito à modalidade educacional

A Educação do Campo passa a ser modalidade em 2010, através da Resolução Nº 4/2010, foi uma conquista enquanto marco legal, no entanto, no que tange sua implementação e materialização deixa muito a desejar. De certa forma é mais uma contradição, pois apesar de estar numa legislação específica, sua operacionalização expõe outras fragilidades criadas pelo sistema como empecilho para qualquer tentativa de desvinculação. Desde as cotas destinadas à escola do campo, a formação de professores, o planejamento, o acesso à tecnologia e ciência a exaustão das tentativas de criar ou manter o transporte público para os alunos do campo.

A discrepância entre a legalidade e a prática concreta é perceptível e constrangedora, pois dependem de rupturas de paradigmas e hábitos que assolam também os professores, funcionários, comunidade, alunos e pais, é necessário romper com um círculo vicioso da cópia, da repetição, da imposição, do livro. Mais do que isso é reinventar-se num processo e comungar de experiências, é produção de material depois de muitas leituras e pesquisas, é coletividade. Caso isso não aconteça, será uma reprodução dos princípios aristocráticos.

Há de se considerar as disparidades, a falta de formação de professores pensadas para a Educação do Campo, um espaço de debate,

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



as particularidades e especificidades de cada comunidade onde a escola está inserida no campo para compreender seus sujeitos, pois se a Educação do Campo está configurada como modalidade, ou seja, “ uma ideia de um modo particular de realizar uma mesma coisa, um termo utilizado para diferenciar os modos diversos da oferta daquela educação que estava posta” (GHEDINI,2017), não é aceitável a ideia de mais do mesmo.

## Considerações finais

A Educação do Campo no Brasil tem uma história maravilhosa e ao mesmo tempo muito dolorosa, é um processo de legitimação vagaroso e não menos prazeroso. Estudá-lo é como se nos reconheçêssemos como parte integrante de cada fato, uma jornada de auto-conhecimento para os frutos de uma sociedade excludente que dissemina princípios hegemônicos e moralistas, que nos nega além dos direitos básicos a capacidade de conhecer e vivenciar nossas origens e usa da própria população para fundamentar e solidificar seus princípios, reproduzindo-os também dentro dos espaços de aprendizagem.

É natural que a dinâmica de um processo passe pela construção, desconstrução e reconstrução se legitimando e afirmando sua permanência ou não, mas não podemos aceitar e naturalizar a violência social, política, econômica, moral exercida pelos detentores do poder, por isso a união dos movimentos sociais e sociedade civil organizada são tão importantes, elas permitem e dão voz aos clamores populares. Portanto, as lutas por direitos vão sempre existir, porque embora a guerra sangrenta e armada assuste, não há nada que assuste mais que o conhecimento e saber usá-lo nos momentos oportunos. Permitir o estudo, o debate, a pesquisa é muito perigoso e no chão da escola, no âmago dos

assentamentos, das organizações sociais esses aspectos encontram o berçário ideal para renascer. Não existe Educação do Campo sem rupturas, sem lutas para transformar a legislação em práticas que funcionem, sem ideais de justiça e distribuição de renda, sem entrega total.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Proposta da Sociedade Brasileira. II. Coned, 1997. Disponível em: <<http://www.fedepsp.org.br/documentos/PNE%20-%20proposta%20da%20sociedade%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1/02**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo. Brasília/DF, 2002. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 1/06**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Brasília/DF, 2020. Disponível em: <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_parecer\\_1\\_de\\_1\\_de\\_fevereiro\\_de\\_2006.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_1_de_1_de_fevereiro_de_2006.pdf)> Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2/08**. Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília/DF, 2002. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.352**, de 4 de novembro de 2010. Dispões sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

CALAZANS, M.J. Para compreender a educação do Estado no meio rural. Traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M.N. (org.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993. p. 15-42.

CALDART, R. S. Sobre educação do campo. In: Santos, C.A (org.). **Educação do campo: campo – políticas públicas - educação**. Brasília: Incra/MDA,2008. P. 67-86.

GHEDINI, C. M. **A Produção da Educação do Campo no Brasil: das referências históricas à institucionalização**. Jundiaí: Paco Editorial: 2017.

PETTY, M.; TOMBIM, A.; VERA, R. **Uma alternativa de educação rural**. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J.D. (org.). **Educação rural no Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 31-64.

PINTO, J. B. A educação de adultos e o desenvolvimento rural. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J.D. (org.). **Educação rural no Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 65-102.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho, educação. Liberdade, autonomia, emancipação: princípios/ fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.



## ESTUDOS SOBRE A AGROECOLOGIA

**COORDENADORA:** Mara Cristina Calgarotto

**RELATORA:** Mara Cristina Calgarotto

101

### **Nome dos participantes do grupo:**

Douglas José Cattelan, Francieli Renata Federizzi, Leila Cristina Lautert, Mara Cristina Calgarotto, Marinêz Carniel Gorges, Mirian Calgarotto, Rosangela Maria Dresch, Suelen Dalsasso Fabiane, Teresinha Carini Gorges

Local onde foi realizado o grupo: Escola Estadual do Campo Tancredo Neves

Município: Verê

Estado: Paraná

### **Resumo**

A Agroecologia apresenta-se como uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas, sendo assim o objetivo é chamar a atenção, como Educadoras e Educadores do Campo, sobre a importância que a construção de relações orgânicas integra o desafio da Educação do Campo, valorizando a diversidade e garantindo o desenvolvimento, e com o objetivo como classe trabalhadora, a transformação das condições da vida humana.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Sustentabilidade; Agroecossistema; Agrobiodiversidade.

### **Introdução**

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



A Agroecologia representa a base científica da construção de uma lógica de agricultura industrial capitalista, caracterizada pela exploração do trabalho e da natureza, fundamentada em um modo de agricultura produtiva, ecologicamente equilibrada, conservando a biodiversidade e socialmente justa. O termo Agroecologia surgiu na década de 1930 para possíveis aplicações da ecologia e agricultura.

Como Ciência, a agroecologia constrói a base de conhecimento para manejo dos recursos naturais e disponibiliza os princípios ecológicos fundamentais para estudar, projetar e manejar, ou seja, que integrem equilíbrio ecológico, eficiência econômica e equidade social.

Nesse contexto, temos também o agrossistema, que é unidade básica da agroecologia e seu objetivo é a intervenção prática na agricultura, sendo constituído por diferentes sistemas produtivos agrícolas pecuário. As práticas da agroecologia não supõem apenas a substituição de agrotóxicos e outros insumos sintéticos de base biológica. Hoje os insumos orgânicos, já são um negócio importante nas grandes corporações que dominam o mercado dos agrotóxicos e de outros insumos sintéticos.

Outro fator importante na agroecologia, é a agrobiodiversidade do cultivo da terra que se faz na preservação da biodiversidade, que nada mais é do que a existência de uma grande variedade de espécie de plantas e de animais em determinada região. A agroecologia pode produzir em escala maior, desde que os pequenos agricultores e camponeses se apropriem da ciência para a produção em suas propriedades.

Na prática, significa tomar as unidades básicas da agroecologia como objeto central de estudos, articulando processos de pesquisa de campo e aportes conceituais para levantamento e análise dos agroecossistemas presentes no entorno da escola e comunidades de origem dos alunos e as suas relações entre si e os ecossistemas naturais que existem na região.

Para tanto, se faz necessária a socialização deste conhecimento, não ficar restrito, usar em prol de um bem maior, ou seja, para que ocorra a efetiva produção baseada na sustentabilidade. A Agroecologia tomada como objeto de estudo e de atividade produtiva é capaz de envolver crianças e jovens em atividades da agricultura e atender as necessidades humanas, sendo capaz de relacionar ciência e produção. A participação em processos produtivos reais exige e permite a construção de habilidades práticas técnicas importantes para o aluno e sua família. Visitas, aulas de campo, oficinas com entidades parceiras, palestras, podem ser planejadas para que os alunos compreendam essa dinâmica e possam replicar as práticas em suas casas, sua comunidade.

Conhecer a história da agricultura, principalmente local, o sistema agroalimentar, são fatores importantes para entender as modificações de cada modo de produção bem como suas implicações.

Então, apresenta-se o trabalho sobre a Agroecologia e as Escolas do Campo, REFOCAR, frisando as atividades de campo e suas relações com a vida potencializando a aprendizagem.

## DESENVOLVIMENTO

Ao pensarmos no estudo da agroecologia desde suas relações entre teoria e prática, não é prudente fazê-lo em paralelo ao ensino das disciplinas, ou mesmo com disciplina específica, pois corremos o risco de uma abordagem muito superficial, deixando de aproveitar seu potencial para apropriação da ciência. Quanto mais profundo nosso objetivo, maior exigência de transformação na lógica da organização do plano de estudos da escola.

Para Caldart (2019), chamar a atenção dos educadores do campo, sobre a potencialidade e a importância política, ética e formativa de

avançar na aproximação entre escolas do campo e agroecologia é um dos principais objetivos da agroecologia.

Uma tarefa de realização mais simples e muito importante na formação das novas gerações, é o inventário e a compreensão dos estudantes no que se refere aos conhecimentos tradicionais de agricultura, que subsistem nas práticas ou na memória das famílias camponesas. São os conhecimentos como os da Revolução Verde, e que hoje a agroecologia põe em diálogo com os avanços da ciência em geral. Há diversas práticas que podem ser ampliadas como: relação a produção, conservação e troca de sementes entre as famílias e comunidades. Práticas essas, que podem ser ampliadas a partir do intercâmbio entre as escolas e famílias camponesas.

É importante que a escola se vincule em processos produtivos avançados, existentes no seu entorno. Que se envolva em atividades necessárias para potencializar a formação dos estudantes e ao mesmo tempo contribua com o desenvolvimento desta produção. Em alguns locais da escola poderão ser a ferramenta de aproximação das famílias à agroecologia. Em qualquer situação, a participação da comunidade e o envolvimento de profissionais das ciências agrárias e da assistência técnica nas atividades das escolas, são condições vitais para seriedade deste trabalho. Assim como uma adequada e rigorosa formação de educadores nessa direção.

É importante que as atividades de campo tenham relações com o cotidiano do educando, com objetivo de potencializar a aprendizagem dos conteúdos previstos no plano de estudo da escola.



## CONCEITOS DE AGROECOLOGIA

1- Uma Visão de Processo: Processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os agricultores desenvolvem suas atividades sem agredir o ambiente, visando a qualidade de vida.

2- Uma Visão Científica: Uma interação de ciências fundamentadas no co-evolução dos seres vivos, em interações positivas, de cooperação, complementariedade e interdependência, que restabelece a relação humana na natureza. Resulta do conhecimento tradicional e das ciências formais, naturais, humanas e empíricas aplicadas as relações de sobrevivência.

3- Uma Visão Holística e Sistemática: Fusão de ciência, projeto e processo propondo uma nova inserção e relação ecológica necessária para uma relação produtiva sustentável.

4- Funcionalidade e Fertilidade dos Sistemas: É a capacidade dos sistemas de se auto-regular e evoluir. Quanto maior a biodiversidade, maior é a capacidade de regulação e evolução.

A medida que o tempo passa, aumenta a produção de biomassa e a fertilidade vai aumentando. Os nutrientes que são liberados pelas rochas ou que entram de fora do sistema, ficam circulando dentro dele, ciclos dos nutrientes.

Os sistemas vão se tornando mais férteis e complexos. Quanto mais fotossíntese, maior o aproveitamento de energia e maior a produção da biomassa. Quanto maior a produção da biomassa, maior a bioestrutura, microorganismo e estruturação do solo e mais ativos os ciclos de nutrientes. O aumento da produção ocorre através do aumento da fertilidade geral do sistema.

## A FUNCIONALIDADE E FERTILIDADE NOS AGROECOSSISTEMAS

A atividade humana interfere nos ecossistemas, transformando-os em agroecossistemas, para satisfazer nossas necessidades. Num ecossistema cada espécie tem uma função que é permanentemente ajustada pelo equilíbrio dinâmico. Ao transformar um ecossistema em agroecossistema, ocorre uma simplificação e redução drástica da biodiversidade funcional. O modelo agroindustrial da Revolução Verde, tenta anular as forças da natureza que agem para recompor a funcionalidade no agroecossistema.

106

A maioria das práticas, na tentativa de concorrer e dominar a natureza degradada, aumenta a força dos princípios da natureza, por isso necessita-se cada vez mais insumos e mais potentes. A Agroecologia propõe um ajuste de conduta nessa relação e nos desafia a respeitar e potencializar estes princípios e construir o máximo de funcionalidade ecológica dentro dos agroecossistemas.

### AGROFLORESTA: UM SISTEMA QUASE PERFEITO

As árvores são grandes aliadas do clima, conservação da água e da biodiversidade, além de produtoras de madeira e energia renovável e alimentos. As espécies nativas, podem produzir por área mais que a soja e a cultura de outros grãos. Outra vantagem: não precisam ser plantadas todos os anos, o cuidado é simples e correm menos riscos com secas ou excessos de chuvas.

Agrofloresta é a integração e interação entre preservação, recuperação e produção.

Princípios da Agrofloresta:

-Sucessão Vegetal: Eficaz para recuperar ambientes degradados.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



- A biodiversidade de espécies: Plantas, insetos, animais, fator fundamental para sua própria sustentação e continuidade.
- Proteção do solo e prevenção da erosão: Cada gota de chuva que cai direto no solo causa a compactação, a erosão leva a terra para o fundo dos rios, levando embora sementes e nutrientes causando a diminuição da produção.
- A Fertilização natural dos sistemas: A Natureza levou milhões de anos para construir a fertilidade que deu início a agricultura. Os solos de matas eram férteis, livres de pragas e rendiam boas produções. O Brasil está entre os poucos países que a fome diminui graças as políticas sociais do Governo Federal.

## Considerações finais

A agroecologia é uma ciência e uma prática em franca expansão. Nos últimos anos nota-se uma preocupação constante de universidades, centros de pesquisa e programas e projetos de extensão em trabalhar aspectos e características técnico-científicas, bem como os impactos sociais provenientes da prática agroecológica.

Desse modo, torna-se imprescindível que o tema seja cada vez mais abordado dentro das escolas, e sempre que possível envolver toda a comunidade escolar e a sociedade local, no intuito de, cada vez mais caminhar rumo à sustentabilidade.

Pensar em uma pedagogia de transformação para além de uma análise diagnóstica da realidade agrária e sim, ações concretas que visem o avanço da educação do campo com enfoque na agroecologia. Para isso é crucial a compreensão da importância do saber camponeses e sua relação com o conhecimento científico.

Comungamos do pensamento de Altieri (2012), onde cita que “há muita pesquisa ainda a ser feita, muitas construções estão em aberto, em processo. Temos o desafio de manter os fundamentos das transformações em vista de criar agroecossistemas sustentáveis, assentados na lógica e no conhecimento dos camponeses”.

## REFERÊNCIAS

- ABEAS – Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior. *Fundamentos de Agroecologia*. Universidade Federal de Campina Grande, 2005.
- Caporal, F. R., Costabeber, J. A., Paulus, G. **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília: 2006.
- ALTIERI, M.A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais que escola. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2000.
- GHEDINI, C. M. **A Produção da Educação do Campo no Brasil**: das referências históricas à institucionalização. Jundiaí: Paco Editorial: 2017.
- HOELLER, Silvana; MARTINS, Valentim. (orgs.). **ProJovem Campo Saberes da Terra**: Transição Agroecológica em Sistemas Familiares de Produção Familiar. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2013.
- MARTINS, Adalberto. Elementos para compreender a história da agricultura e a organização do trabalho. In: RIBEIRO, Dionara Soares et al. (org.). **Agroecologia na educação básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 71-89.
- SAQUET, Adriano Arriel. Reflexões sobre a agroecologia no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. (org). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**





SOUZA, Romier P. Educação em agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252017000200011](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200011). Acesso em: 11 nov. 2019.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. IN: RIBEIRO, Dionara Soares et al. (org.). **Agroecologia na educação básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 136-151.

## PLANEJAMENTO COLETIVO INTERDISCIPLINAR: PRIMEIROS PASSOS DO TRABALHO COLETIVO

**COORDENADORA:** Solange Fernandes Barrozo Debortoli

**RELATORA:** Rosangela Aparecida Roos

110

### Nome dos Participantes do grupo:

Adair Ceccatto, Ane Eliza Dalmasso, Anoar Sivestre, Adilson Luiz Borges Telles, Adilaine Lotti, Aleandra Mocelin Demetro, André Ricardo Sutil, Andrieli Batista dos Santos Colla, Anilda Salete da Silva, Angela Borguesan, Aldanei T. da Rocha Lindner, Beatriz Alberton Buligon, Bronilde Wirth, Cássia Aparecida Ribeiro, Celoni Muller, Clair Lorenzetti, Cleci Aparecida Maria, Cristiano Lima da Rosa, Débora Betiolo, Débora Norbert, Diane Sumenssi, Dirléia Burille Plucinski, Ecilda de Andrade, Éder de Carvalho Freitas, Edinalva Maria Rover Veroneze, Emerson Stepagniack, Edelina Salete Mizerski, Edson Jorge Bocalon, Fabiana Volpato, Géssica Gonçalves, Giceli Aparecida Schlickmann, Guilherme Kaminski, Iliane Inês F. Cardoso, Ione Aparecida Peruzzo, Iracema Maria de Matos Rozanski, Jaqueline Parcianello, Jocélia Clarisa Julio, Juraci Belusso, Natalina Cancelier Koerich, Keli Regina Barcellos, Marcia Maria Cibulski, Marizete Bortolotto, Marta Cristina de Souza, Roque Gonçalves Moreira Costa, Rosalba Koerich, Rosangela Maria Dallazen, Rudilete Simões Pires, Samara Silvia Anater, Sandra Buligon, Sidnei Coelho, Silvia Ferreira, Selene Rocker Padilha, Simone Cristina Piran Garcia, Vanesa Kachoboski, Tatiane Pietta, Terezinha Resende, Zenaide Mensor Martinhago.

**Local onde foi realizado o grupo:** Escola Estadual do Campo Cecília Meireles – EF; Escola Estadual Irmã Maria Margarida e Escola Estadual do Campo Nova Santana - EF

**Cidade:** Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e São Jorge d'Oeste.

**Estado:** Paraná

## Resumo

Este texto é produto dos primeiros passos formativos, de parte dos professores das escolas do campo do Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos, em prol da construção do planejamento diferenciado, com princípios de diálogo entre disciplinas. A fundamentação teórica está centrada em GHEDINI, Cecília Maria; BERTÉ, Rosane (orgs.). O objetivo é registrar e partilhar o que há de esforço coletivo dos educadores do campo, em prol da compreensão, construção e aplicação de um planejamento diferenciado, condizente aos princípios da Educação do Campo. Esse texto explicita a estruturação do planejamento coletivo, tendo como pergunta norteadora: Que elemento matrizes compõe o planejamento coletivo interdisciplinar?

**Palavras-chave:** Formação de professores. Escola pública do campo. Planejamento coletivo.

## Introdução

As formas diferenciadas de construir o planejamento de ensino, nas Escolas públicas do Campo é objeto de estudo e preocupação do coletivo de educadores, do Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos, o qual tem como referência as produções do Grupo de Estudos da Educação do Campo da UNIOESTE, Francisco Beltrão. Somos educadores comprometidos com a formação dos trabalhadores do campo. Somos empenhados na construção de escolas engajadas com as comunidades que atendemos. Logo, a pergunta central que norteia nosso esforço formativo é: Que elementos matrizes estruturam a construção do planejamento coletivo diferenciado nas escolas do campo? Para responder à questão,

examinamos o material organizado por Ghedini e Berté, publicado em 2018, com o título: **Planejamento Coletivo Interdisciplinar e Instrumental Metodológico**.

O interesse por esse estudo nasceu dos diálogos entre educadores, sobre as necessidades emergentes das comunidades do campo, num período em que se realiza o processo de transição dos princípios do ruralismo pedagógico aos das Diretrizes de Educação do Campo, nas escolas em que atuamos.

Nossos encontros de estudos apresentam preocupações sobre a função da escola pública do campo, no sistema que vem expropriando, cada vez mais, os agricultores da pequena propriedade. Nesse viés, nosso coletivo<sup>5</sup> de educadores comunga do ponto de vista que, por falta de investimento e formação continuada, há o enfraquecimento da permanência de nossas escolas, assim como há diversos obstáculos para construção de um espaço formativo de acordo com as Diretrizes da Educação do Campo. Sendo assim, apesar das poucas condições formativas, os educadores buscam se fortalecer, em prol da construção de uma escola que atenda às necessidades da região, e tem na oportunidade dos Grupos de Estudos da REFOCAR, uma porta promissora para nosso crescimento.

Nossa história de trabalho é marcada pela dedicação a qualidade de ensino/aprendizagem das crianças e jovens. Para tanto, reconhecemos a necessidade de estudar e mudar o formato que temos de escola pública. Atuamos na escolarização de vileiros, arrendatários, operários, agricultores da pequena propriedade, nas comunidades que pertencem aos sete municípios jurisdicionados ao Núcleo Regional de Dois Vizinhos. Construimo-nos nas extensas jornadas de trabalho, na Educação do Campo.

Nas lições da práxis, na luta pelo não fechamento das escolas do campo, compreendemos que há a necessidade de repensada o modo de funcionamento dessas instituições de ensino. Em suas origens, a escola foi construída por interesse da própria comunidade, pela necessidade de alfabetização, onde geralmente a

<sup>5</sup> No sudoeste do Paraná, nos municípios agrários de São Jorge d'Oeste, Salto do Lontra e Nova Prata do Iguaçu construímos um coletivo de estudos, composto por professores da Educação Básica, com vistas a superação da escola rural para escola da Educação do Campo.



catequista era a alfabetizadora. Com a emancipação política, os municípios assumiram o dever de garantir escolas no campo, porém nos mesmos moldes de escolarização das sedes dos municípios. Cientes da necessidade de construção de uma escola mais condizente com a realidade das famílias do campo, há esforços por pensar, repensar e construir o novo. É fato que os trabalhadores do campo sempre souberam da importância da formação escolar, porém, o projeto educativo que atenda suas necessidades é uma concepção em disputa política.

Enfim, cientes da necessidade da construção de uma escola diferente, nós educadores do campo buscamos formação, estudando autores que possuem compreensão da sociedade de classes, das desigualdades sociais e educacionais. Compreendemos a educação como fator primordial para transformação social. E, no texto a seguir, apresentamos brevemente algumas matrizes para construção do planejamento coletivo interdisciplinar.

## Planejamento coletivo interdisciplinar

A produção organizada por Ghedini e Berté, denominada **Planejamento Coletivo interdisciplinar e Instrumental Metodológico**: Produção de referências com as Escolas públicas do Campo – Sudoeste do Paraná, 2018, orienta-nos que a Educação do Campo foi instituída como Política Pública Educacional, no Estado do Paraná, a partir de 2010, sobre o DECRETO Nº 7.352, de 04 de novembro, do mesmo ano, o qual dispõe sobre os seguintes princípios:

- I - Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- V - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Nesse sentido, percebe-se o quão fundamental se faz a formação adequada do profissional, que irá trabalhar com as crianças e jovens do meio rural, pois, precisa estar ciente e esclarecido dos princípios e objetivos da Educação do Campo, no seu sentido pleno. Ser educador do campo nos exige trabalhar com os estudantes, de acordo com a sua realidade os saberes, a cultura, o trabalhar socialmente produtivo, com suas especificidades.

Nesse sentido, o fazer pedagógico da escola do campo requer a preocupação com a integração dos conhecimentos não formais vivenciados no âmbito familiar e da comunidade, com as práticas pedagógicas curriculares desenvolvidas no meio escolar, utilizando-se de práticas alternativas que favoreçam o diálogo entre disciplinas, visando a junção das experiências vividas com o currículo básico.

Em vista disso, cabe ao educador ter clareza que a região Sudoeste do Estado do Paraná é composta pela agricultura familiar, ou seja, por famílias com propriedades de pequeno porte, que vivem no campo e tem seu direito à escolarização, no local onde vivem.

Neste contexto, vale ressaltar que o espaço escolar é lugar fértil, onde os professores, com metodologias diversificadas podem promover a integração entre os aprendizes, o objeto de conhecimento e a participação da comunidade. Nesse intuito, os educadores vêm pesquisando novas metodologias, que incentivem a participação e envolvimento das famílias, tendo a escola como sua, um importante espaço formativo.

Dentre as catorze escolas do campo do Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos, a maioria desenvolve experiências alternativas como: horta escolar, jardinagem, pomar comunitário, plantas medicinais, guardiões mirins das sementes, guardiões dos jardins de mel, dentre outros. No entanto, esses projetos são realizados de forma isolada, sem a efetiva participação da comunidade, das famílias. Eis aí um grande desafio, pois a escola do campo precisa garantir a participação da comunidade em suas experiências educativas, colaborando para que as raízes do viver dessa comunidade estejam cada vez mais fortalecidas, em prol da valorização

da vida, de uma boa alimentação, cuidado com o solo, com a cultura, com os saberes.

Contudo, os educadores precisam ir além da sala de aula, da horta e do jardim da escola, precisa criar vínculos, realizar e interpretar o inventário da realidade para compreensão das situações, que necessitam superação do senso comum ao senso crítico. Este pode ser o passo inicial para construção de um planejamento escolar que atenda a realidade local, analisando: aspectos culturais, de infraestrutura, saúde, trabalho, lazer, planejamento de propriedade, entre outros. Cabe ao educador do campo a compreensão do contexto de vida do estudante, de suas famílias, suas organizações, limites e crenças, as quais sinalizam o futuro e a vida na comunidade.

Somado a esse ponto de partida, compreendemos que a escola precisa se engajar com organizações governamentais, não-governamentais e movimentos sociais populares que estejam em defesa da escola do campo e do agricultor da pequena propriedade, para poder melhorar a vida das famílias por meio da instrução, do diálogo, de atividades pautadas nos princípios da agroecologia, preservação da natureza e principalmente, sem o uso abusivo de agrotóxicos.

Com isso a escola do campo tem uma grande função na sociedade: defender a vida de maneira que as comunidades sejam valorizadas, principalmente evitando a sua extinção.

Nesse desafio, nos engajamos em formação em rede, pelo REFOCAR, e nesse momento, nos dedicamos ao estudo dos textos, relatos de experiências organizados por Ghedini e Berté (2018), os quais nos explicam que:

O planejamento Coletivo Interdisciplinar é uma metodologia de planejamento que se produziu ao longo do processo de trabalho com as escolas públicas do campo que, a partir de 2010 a torna uma modalidade de educação. (GHEDINI; BERTÉ, 2018, p.24)

As autoras apresentam que a interdisciplinaridade representa a interação entre as disciplinas, sendo a integração de dois ou mais componentes curriculares

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



na construção do conhecimento. Supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação e um plano de intervenção.

Nesse sentido, o educador precisa partir da necessidade de explicar, compreender, intervir, mudar, prever algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários. Na prática a interdisciplinaridade é um esforço de superar a fragmentação do conhecimento, tornar este relacionado com a realidade e os problemas da vida moderna. Muitos esforços têm sido feitos neste sentido na educação, por sua vez, os esforços estão na busca de respostas, impossíveis de se encontrar com os conhecimentos fragmentados de uma única área especializada, mas que pode dar bons resultados quando trabalhado de forma interdisciplinar

No livro em pauta, o planejamento coletivo foi construído por meio de um longo processo de trabalho com as escolas do campo, em parceria com a UNIOESTE – Francisco Beltrão, apoiados pela Universidade Fronteira Sul e ASSESOAR – Associação de Estudos, Assistência e Orientação Rural.

A experiência registrada tem como base a Legislação da Educação do Campo de 2010, que tornou a Educação do Campo como Modalidade de Ensino. A partir das Diretrizes e princípios dessa modalidade, abriu-se novas possibilidades de metodologias para se trabalhar com os educandos do campo.

Ao iniciar a prática de um planejamento diferenciado, o educador começa a deixar de lado o livro didático, muitas vezes descontextualizado e parte para novas metodologias de trabalho, sendo o planejamento interdisciplinar coletivo uma possibilidade de aproximar os conteúdos e conceitos científicos da realidade do sujeito, de uma realidade coletiva, analisando o todo e não apenas parte dessa realidade. Na primeira etapa, do planejamento coletivo interdisciplinar, “o conceito é compreendido e tratado como ferramenta do pensamento, afirmam as autoras mencionadas. Para tanto,



No Planejamento Coletivo Interdisciplinar, estabelece-se uma movimentação que dá ênfase aos conceitos científicos para que os estudantes aprendam a ter a lógica da Ciência como um modo de pensar e de agir na vida, no cotidiano e na sociedade. (GHEDINI; BERTÉ, 2018, p.28)

Dentro dessa perspectiva as escolas de Francisco Beltrão, as quais se constroem nessa proposta, organizaram as jornadas pedagógicas. Conforme Ghedini e Berté (2018), a jornada é um espaço para o planejamento trimestral, a qual faz parte do Projeto Político Pedagógico. Durante a jornada de dois ou três dias, os educadores fazem o planejamento, enquanto os educandos participam de oficinas específicas, ministradas por profissionais e educadores de outras instituições educativas como escolas, universidades e organizações da Comunidade. Os temas trabalhados são ligados aos conteúdos escolares.

Nesse período de planejamento, os planos de trabalho docente são construídos partindo das DCEs e mediado por um diálogo interdisciplinar. As disciplinas afins são agrupadas e trabalham um mesmo conteúdo, com olhares diferentes e de acordo com cada ano/série. A partir desse momento, o plano é construído no “Grupo das disciplinas” e não mais de maneira disciplinar, individual. A organização e o planejamento iniciam a partir de um inventário da realidade, onde os grupos de disciplinas dialogam sobre a relação entre os conteúdos, seus conceitos e relação com a materialidade, conexão com a vida.

Na “Etapa 2” do Planejamento Coletivo Interdisciplinar, toma-se o Dossiê da realidade da escola, identificando-se uma fonte educativa e uma porção da realidade, que representam a materialidade da existência dos sujeitos, na realidade dos entornos da escola. (GHEDINI, BERTÉ, 2018, p.28)

Este planejamento permite produzir vínculos de pensamento entre o que se está ensinando, aprendendo, o espaço, o lugar onde vivem os estudantes e suas famílias, de onde é possível se ampliar relações de conhecimento. Conforme os autores, o encaminhamento metodológico cria uma movimentação, para que a ferramenta do pensamento atue na realidade e a desvende cognitivamente.

Trabalhar de forma organizada e coletiva possibilita ao aluno compreender os conceitos e ao mesmo tempo articular o pensamento de forma objetiva, voltado para a realidade.

O encaminhamento metodológico dessa forma de planejamento tem passos definidos, para se chegar aos objetivos traçados. Ao final do trimestre, a escola promove o Círculo dos Saberes e Conhecimentos. Nesse momento é a hora de sistematizar o conhecimento adquirido. Escolhem-se atividades que expressem melhor o processo vivenciado por ano e por períodos de aula. E, assim por consequência, fase a socialização da aprendizagem, com os demais estudantes.

Nesse processo a auto-organização e acompanhamento, são quesitos indispensáveis para alcançarmos êxito em todas as etapas das atividades, desde o planejamento, desenvolvimento e conclusão. É preciso promover a aprendizagem da auto-organização, reinventar-se a cada insucesso, a cada desafio, a fim de alcançar resultados positivos para materialização das ideias, caso contrário, os envolvidos se tornam meros executores de tarefas, pré-determinadas pelos que conseguem se auto organizar.

A escola não está alheia a este processo, se conseguir realizar um planejamento participativo, poderá alcançar melhores resultados em suas atividades e estará contribuindo de forma efetiva na formação de estudantes participativos, que atuarão efetivamente no espaço escolar, em suas famílias, em suas comunidades e terão maiores possibilidades de serem empreendedores em sua vida pessoal e profissional, quando adultos.

É importante oportunizar, no ambiente escolar, espaço para que o estudante possa expor suas ideias, seus anseios, que seja protagonista do processo de ensino, em todas as suas etapas. É relevante que o estudante se sinta incluso no processo, que “sinta-se parte” e da escola. É importante que o estudante aprenda a pensar, planejar e essencialmente executar as atividades propostas, que este não seja um mero expectador do processo de ensino/aprendizagem, que ele tenha oportunidade de aprender com os próprios erros e saiba buscar possíveis soluções.

É indispensável que todas as etapas do planejamento, desenvolvimento e execução do “processo educativo”, seja acompanhado, avaliado, repensado e replanejado, se necessário.

As autoras apresentam que é relevante a escola oportunizar esta metodologia de auto-organização e acompanhamento, para que o estudante aprenda a ser protagonista de seu processo de aprendizagem, em suas famílias, em suas vidas e na sociedade, pois sabemos, que essa nova geração, tem acesso a muitas informações, porém, no momento que precisam conviver e executar as tarefas, encontram dificuldades em materializar suas ideias. Dessa forma, é necessário respeitar os passos para organizar o planejamento coletivo interdisciplinar, da seguinte maneira:

- a) Agendar a jornada de saberes e planejamento no calendário da escola;
- b) Organizar as oficinas com os grupos de estudantes, os temas e contatar pessoas para desenvolver o trabalho;
- c) No 1º passo – com base no mapa de conteúdos e conceitos planejamos os conteúdos, conceitos e objetivos, na especificidade de cada disciplina;
- d) No 2º passo – reunidos por série, os professores com a pedagoga dialogam a partir dos conteúdos e conceitos da série e formam os grupos de professores pela “aproximação” das disciplinas;
- e) No 3º passo – tomando o Dossiê da realidade da escola, os grupos das disciplinas dialogam sobre a relação entre o conteúdo da disciplina, seus conceitos e a materialidade trazida pelo Dossiê e buscam um catalizador para estes conteúdos e conceitos, pela Fonte Educativa e Porção da Realidade;
- f) No 4º passo – os professores do grupo das disciplinas desenvolvem os Encaminhamentos Metodológicos num diálogo entre os conteúdos e conceitos e a Porção da Realidade. Detalham-se “Caminhos” para os estudos e as respectivas ações e atividades de cada disciplina e também as atividades interdisciplinares;
- g) No 5º passo – desenvolvem-se a Atividade de Encontro das Disciplinas, a partir dos Encaminhamentos Metodológicos, partindo das ações interdisciplinares que mostram maior potência, uma espécie de culminância, de síntese no grupo das disciplinas. (GHEDINI; BERTÉ, 2018, p.42).

Além disso, vale ressaltar que quando o aluno é envolvido nas atividades da escola, aumenta sua autoestima, sente-se valorizado, estimulado e conseqüentemente mais comprometido. Ele passa de ouvinte passivo, para ser um aluno ativo do processo de ensino aprendizagem da escola.

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



Logo, a prática pedagógica das escolas do Campo, é uma prática baseada nas movimentações coletivas e interdisciplinares, tomando como ponto de partida central o planejamento coletivo interdisciplinar, que faz movimentações, “para dentro” e “para fora” da escola. Em certo momento do processo se encontra numa mesma movimentação sistematizando a realidade onde insere a escola. Das movimentações para “dentro” priorizam-se os pontos: disciplinas, conteúdos e conceitos e das movimentações para “fora” priorizam os pontos: porção da realidade, encaminhamentos metodológicos, atividades de encontro das disciplinas e avaliação.

O planejamento coletivo se desenvolve de acordo com a realidade de cada escola. Das movimentações “para fora” da escola destacam-se as trilhas escola e família com o percurso que os educadores fazem duas vezes ao ano, ir até a casa e comunidade onde vivem os estudantes e suas famílias este tem o objetivo estreitar os vínculos humanos entre educadores e estudantes assim inserir a escola na realidade do aluno.

As trilhas têm como a intencionalidade que os professores conhecem a realidade das comunidades dos entornos da escola pública do campo. Produzindo vínculos entre esta instituição e os povos que ali vivem. Assim como a organização dos trabalhadores do campo presente neste contexto para com a escola entre outros.

As trilhas permitem que se desnude a ausência de políticas públicas, exemplo no que refere à falta de boas estradas, de pontes, à precariedade das moradias dos estudantes, à falta de acompanhamento técnico para os familiares produzirem alimentos, falta de atendimentos a casos crônicos de saúde, violência e outros problemas que fazem da vida das pessoas que ali vivem. As trilhas levantam dados, constatações, registros, documentos e fontes informativos ou históricos para o inventário da realidade. A realidade passa a ser melhor compreendida pelos educadores, criando condições de superar a forma mecânica presente na cultura escolar.



Outra experiência possível, trata-se da varanda de partilha, que é um espaço organizado a cada semestre ou trimestre, na qual se partilham atividades, ações de estudo, de trabalho, de festa, de integração com a comunidade e as famílias que fazem parte da escola ou mesmo as que só moram no local, constituem-se ainda num espaço que pode dar novo sentido as reuniões que a escola tem feito, que muitas vezes, tornaram-se rotineiros e perderam o sentido, ficando prejudicados seus objetivos, como as entregas notas. Pode - se ainda articular com o círculo de saberes e conhecimento outros como: movimentações locais, municipais e regionais.

Na experiência de Francisco Beltrão, a varanda de partilha iniciou motivadas práticas de encontros, reuniu junto com as famílias dos estudantes, já que aconteciam na escola e juntavam a Escola Municipal e o Colégio Estadual.

Os alunos que frequentam essa escola são filhos de agricultores, na maioria alguns são filhos de trabalhadores na indústria têxtil. Os pais agricultores têm sua economia provinda da agricultura e pecuária. Os educadores têm como meta, via empenho nos estudos, adquirir melhor formação para trabalho fora de casa – com vínculo empregatício e alguns pretendem continuar no trabalho agropecuário, que vivem hoje. Os educadores, os estudantes e pais ainda lutam para que instituição se torne, gradativamente, uma escola de formação mais direcionada a vida no campo, pois, têm-se dificuldades de se superar a educação urbana.

Enfim, na experiência retratada por Ghedini e Berthé, há toda uma comunidade escolar que possui costumes cultura, tradição e celebrações próprias dessa população.

## Considerações finais

As condições de estudos dos educadores do campo é uma situação limite que se soma a alta rotatividade de profissionais que, passam pelas escolas sem conhecer as Diretrizes da Educação do Campo. A partir de 1998, marco inicial do

**REFOCAR – Rede de Formação  
de Professores das Escolas  
Públicas do Campo – Grupos de  
Estudos de 2019**



Movimento Nacional de Educação do Campo, os registros sobre a construção de uma escola diferente se multiplicaram. Porém, ainda temos muito que lutar por condições adequadas de leitura, estudos e planejamento.

A efetivação da “nova” escola depende da estruturação do novo projeto de sociedade. Para tanto, exige-se “que o conjunto dos trabalhadores assuma o desafio de tomar sua educação em suas próprias mãos. Como prática e como formulação teórica”. (CALDART; VILLAS BÔAS, 2017, p. 263)

É fato que, na escola pública do campo ainda se destaca a cultura escolar da Educação Rural. O esforço é intenso por compreender os caminhos do trabalho coletivo e interdisciplinar. Nesse planejamento, pode-se desenvolver atividades em sala de aula, conteúdos, conceitos, trazendo a realidade para dentro da escola em forma de pesquisas. O coletivo de estudantes precisa assumir estes espaços existentes, organizando-os para que funcionem.

Entende-se que a Educação do Campo se diferencia da Educação Rural a partir da regularidade das ações, fazendo parte da prática pedagógica da escola. Dessa forma ocorre uma ressignificação à medida que se organizam e se colocam nas relações entre escolas, comunidades, organizações sociais e familiares a serem cultivados e fortalecidos.

Os vínculos sociais com o trabalho e a cultura produzem ações concretas que conscientizam, valorizam e transformam o meio em que vivem, através de atitudes planejadas no coletivo e colocadas em prática, como: tratamento dos resíduos orgânicos e sólidos; troca de sementes e mudas; cuidados com a água das escolas e entornos; hortas agroecológicas e quintais agroflorestais; dia do campo; parques infantis e embelezamento da escola, biblioteca e a hora da leitura; feira de sabores da escola do campo; recreio pedagógico; música, valores e canções, entre outros conforme a necessidade e a realidade da comunidade.

Enfim, todos os envolvidos com a escola devem participar da formação. O estudo e prática sistematizados produzem os PPPs das escolas, cujo objetivo é articular as necessidades de aprofundamento de professores que atuam nas escolas

do campo. Para tanto, organizou-se a Rede de Formação de Educadores e fortalecimento das escolas públicas do Campo: REFOCAR, o qual se propõe a fortalecer as escolas públicas do campo, luta pelo não fechamento destas escolas e o direito a um estudo de qualidade no lugar onde se vive.

## REFERÊNCIAS

GHEDINI, Cecília Maria; BERTÉ, Rosane (orgs.). **Planejamento Coletivo Interdisciplinar e Instrumental Metodológico**: Produção de referências com as Escolas Públicas do Campo – Sudoeste do Paraná, 2018.

CALDART, Roseli Salete; VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. (orgs.). **Pedagogia Socialista**: Legado da Revolução de 1917 e desafios atuais. São Paulo: Expressão Popular, 2017.